



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MARIA ALINE DA SILVA BATISTA**

**QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO: A FEIRA AGROECOLÓGICA COMO  
UMA ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO CAMPONESA**

**FORTALEZA**

**2014**

**MARIA ALINE DA SILVA BATISTA**

**QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO: A FEIRA AGROECOLÓGICA COMO  
UMA ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO CAMPONESA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia. Área de Concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Maria de Oliveira

**FORTALEZA**

**2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

- 
- B337q Batista, Maria Aline da Silva.  
Questão agrária e campesinato: a feira agroecológica como estratégia de consolidação camponesa /  
Maria Aline da Silva Batista. – 2014.  
108 f.: il. enc.; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de  
Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2014.  
Área de Concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semi-Árido.  
Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.
1. Camponeses. 2. Feiras agroecológicas. 3. Ecologia agrícola. 4. Campesinato. I. Título.

---

CDD 910|

**MARIA ALINE DA SILVA BATISTA**

**QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO: A FEIRA AGROECOLÓGICA COMO  
UMA ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO CAMPONESA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia. Área de Concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Maria de Oliveira

Aprovada em 17/ 12 / 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco Amaro de Alencar  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

*A Deus pelo dom da vida e por me  
inspirar a aprender cada dia mais.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, professora Alexandra Maria de Oliveira, com quem tanto aprendi desde a graduação, quando tive a oportunidade de ser monitora da disciplina Geografia e Ensino I. Sou grata por sempre ter acreditado no meu potencial mais do que eu, me encorajando a ir além do que eu pensava que podia. Agradeço imensamente pela compreensão, paciência e solicitude com que sempre me recebeu e leu meus escritos, pelas correções cuidadosas, pela liberdade dada para expor meus pensamentos, pelos livros emprestados, pelas conversas e por todo crescimento pessoal, profissional e acadêmico que esse feliz encontro me proporcionou.

Aos professores da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, pelas disciplinas ministradas, pelos textos sugeridos e discutidos, pelas provocações teóricas e por todas as certezas desconstruídas durante as aulas, especialmente, aos professores Francisco Amaro de Alencar e José Levi Sampaio pela imensurável contribuição durante a etapa de qualificação desse trabalho. Ambos foram meus professores na graduação e são responsáveis em grande medida pela minha opção de estudar os camponeses.

Aos colegas de turma da Pós-Graduação, especialmente a Simone Fernandes, por compartilhar momentos especiais como a ansiedade da seleção, pela companhia na participação em eventos científicos, pelas discussões acadêmicas dentro e fora de sala de aula e tanto mais.

À minha amiga Marília Natacha pelo exemplo de ousadia, coragem e determinação, pelas conversas e tantos incentivos, pela contribuição na elaboração do mapa. Sem dúvidas é uma fonte de inspiração para mim.

Aos meus colegas de trabalho e amigos pessoais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Aurineide Meneses, Luzia Soares e Zandra Dumaresq, pela torcida e apoio tão fundamentais nessa empreitada.

Ao meu marido, amigo e amor da minha vida, Gedeano, por todo apoio e incentivo durante todo o processo, desde a seleção até a entrega do trabalho final, pela companhia nos trabalhos de campo, acordando cedo, entrando em um mundo até então desconhecido para ele. Agradeço infinitamente pela motivação, compreensão e apoio incondicional.

Aos meus pais que me ensinaram o mais importante na vida, a ser fiel aos meus princípios e a lutar pelos meus sonhos e aos meus irmãos, Katiane e Diego, pela confiança depositada, pelas conversas e desabafos e por serem os amigos que Deus escolheu para mim.

Aos técnicos do CETRA, Neila, Gleyciane, Priscila, Jania e Sergio pela atenção, solicitude e gentileza que me trataram e muito me ajudaram na aproximação com os camponeses e na coleta de informações.

Aos camponeses pelas conversas que muito me enriqueceram como pessoa e como geógrafa, pelos ensinamentos sobre a vida e a natureza, pela gentileza e carinho com que me receberam e pelos deliciosos bolos, tapiocas e tudo o mais que tive a oportunidade de provar durante as visitas às feiras.

“Se, a princípio, a ideia não é absurda,  
então não há esperança para ela.”  
(Albert Einstein)



## RESUMO

A questão agrária é um problema que não se esgota na questão fundiária, mas se desdobra em vários dilemas vividos pelos camponeses. Essa pesquisa tem por objetivo discutir o papel da resistência camponesa na região norte do Ceará através das Feiras Agroecológicas (FA). Buscou-se compreender como o campesinato tem utilizado a Agroecologia para enfrentar as pressões do capital. Delimitou-se como universo de estudo o grupo de feirantes agroecológicos e solidários de Itapipoca e de Trairi, totalizando dez famílias. As FA são canais alternativos de comercialização que possibilitam ao camponês maior autonomia em relação aos resultados do seu trabalho ao mesmo tempo em que democratiza o acesso a alimentos sem agrotóxico. Tendo por base os teóricos que pensam o campesinato para além da perspectiva econômica e a Agroecologia como caminho para o desenvolvimento rural, procurou-se identificar as estratégias empreendidas pelos camponeses e os resultados decorrentes. A metodologia utilizada contou com revisão bibliográfica e trabalhos de campo, durante os quais, foram realizadas visitas às unidades de produção e às feiras agroecológicas. Foram feitas entrevistas semiestruturadas gravadas com os camponeses-feirantes, técnicos agrícolas envolvidos e consumidores. Verificou-se que as técnicas agroecológicas estão contribuindo para a recuperação dos solos e são mais eficientes que as práticas convencionais nos períodos de estiagem. Constatou-se que a comercialização nas feiras agroecológicas enseja um aumento significativo na renda dos camponeses e induz a diversificação da produção, o que reflete na melhoria da alimentação e promove a segurança alimentar para as famílias. As FA estudadas possibilitam aos consumidores o acesso a produtos mais seguros e a preços justos. As relações sociais desenvolvidas nas feiras transcendem a dimensão econômica, geram laços de amizade, baseados na confiança e na solidariedade.

**Palavras-Chave:** Questão Agrária, Campesinato, Feira-Agroecológica.

## **ABSTRACT**

The agrarian question is a problem that is not limited to the land issue, but unfolds into various dilemmas faced by peasants. The research aims at discussing the role of a path of peasant resistance in the northern region of Ceará: the Agroecological Fair (FA). It was sought to understand how the peasantry has used Agroecology to face the pressures of capital. It was delimited as the universe of the study the group of marketers agroecological and solidary from fair of Itapipoca and fair of Trairi totaling ten families. The FA are alternative marketing channels that enable the peasants greater autonomy in relation to the results of their work at the same time that democratizes access to food without pesticides. Based on the theorists who think the peasantry beyond the economic outlook and Agroecology as a way for rural development, we sought to identify the strategies undertaken by farmers and the results arising. The methodology included literature review and field research. The plantation and agroecological fair were visited. Interviews semistructured taped were realized with peasants-marketer, agricultural technicians and consumers. It was found that agroecological techniques are contributing to the recovery of soils and are more efficient than conventional practices during periods of drought. It was observed that marketing through agroecological fair entails a significant increase in the income of peasants and induces diversification of production, which reflects a improved diet and promotes food security for families. The FA studied allows consumers access to safer products and fair prices. Social relations developed at the fairs transcends the economic dimension, generating friendships based on trust and solidarity.

**Keywords: Agrarian Question, Peasantry, Agrieological-Fair.**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
ETA	Encontro Territorial de Agroecologia e Socioeconomia Solidária
ETENE	Escritório Técnico de Estudos do Nordeste
FA	Feiras Agroecológicas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FRS	Fundo Rotativo Solidário
I PNRA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Solidária
PARA	Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
STTR	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Mapa dos municípios de origem dos feirantes.....	17
FIGURA 02 - Mandala no Assentamento Novo Horizonte – Tururu, Ceará.....	58
FIGURA 03 - Plantas ornamentais na mandala de M. G. P.....	60
FIGURA 04 - Criação de galinha na mandala de M. G. P.....	60
FIGURA 05 - PAIS dentro do Quintal produtivo – Assentamento Várzea do Mundaú.....	63
FIGURA 06 - Irrigação de hortaliças no Assentamento Várzea do Mundaú.....	64
FIGURA 07 - Efeito da estiagem na produção de hortaliças no Assentamento Várzea do Mundaú.....	64
FIGURA 08 - Produção de mel de abelhas Jandaíra no Assentamento Várzea do Mundaú.....	65
FIGURA 09 - Produção de mudas de espécies nativas no Assentamento Várzea do Mundaú.....	66
FIGURA 10 - Camponês recobrando o solo de matéria orgânica.....	67
FIGURA 11 - O transporte dos camponeses e dos produtos até a feira de Itapipoca.....	77
FIGURA 12 - Reunião da Rede de Agricultores Agroecológicos e Solidários do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu em Itapipoca-CE.....	83
FIGURA 13 - Camponeses compartilhando a experiência de intercâmbio.....	84
FIGURA 14 - Feira Agroecológica de Itapipoca.....	86
FIGURA 15 - Feira Agroecológica de Trairi.....	87
FIGURA 16 - Estrutura das barracas da F A de Itapipoca.....	88
FIGURA 17 - Variedade de produtos da FA de Itapipoca.....	90
FIGURA 18 - Oferta de produtos da época na FA de Itapipoca.....	91
FIGURA 19 - Comercialização de hortaliças na FA de Itapipoca.....	91
FIGURA 20 - Comercialização de plantas ornamentais na FA de Itapipoca.....	92

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Percentual de cada produto na renda das feiras de Trairi e de Itapipoca em 2013.....	89
Gráfico 2 -	Média de faturamento mensal por camponês-feirante em 2013 nas FA.....	93

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 -	Dados do IBGE sobre percentual de área ocupada pela agricultura e de pessoal ocupado em estabelecimento familiar e não familiar.....	25
QUADRO 02 -	Oportunidades e dificuldades para o consumidor	72
QUADRO 03 -	Oportunidades e dificuldades para o produtor.....	75
QUADRO 04 -	Comparação entre os preços dos produtos na FA e em supermercados de Itapipoca.....	95

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO: REFLEXÕES TEÓRICAS</b> .....	<b>23</b>
2.1	Notas sobre questão agrária.....	26
2.2	O campesinato como uma classe social e um modo de vida.....	31
2.3	A origem do campesinato brasileiro e a questão agrária no Brasil.....	35
2.4	A Questão Agrária e o Campesinato no Ceará.....	40
<b>3</b>	<b>A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL</b> .....	<b>47</b>
3.1	Transição agroecológica: o caminho para a autonomia camponesa.....	51
3.2	Experiências de produção agroecológica dos camponeses das Feiras Agroecológicas e Solidárias de Itapipoca e de Trairi.....	56
<b>4</b>	<b>A FEIRA AGROECOLÓGICA COMO ALTERNATIVA PARA PRODUTORES E CONSUMIDORES</b> .....	<b>69</b>
4.1	Feira Agroecológica: uma estratégia de construção da Soberania Alimentar.....	77
4.2	Rede de Agricultores/as Agroecológicos do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu: um resgate à agri-Cultura camponesa.....	81
4.3	As Feiras Agroecológicas e Solidárias de Itapipoca e de Trairi.....	86
<b>5</b>	<b>Considerações finais</b> .....	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>103</b>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objetivo discutir o papel das Feiras Agroecológicas (FA) no fortalecimento do Campesinato no estado do Ceará. Destaca-se as FA entre tantos canais de comercialização, por essa se constituir em fonte alternativa de renda ao mesmo tempo em que não impede a dedicação do camponês à produção. Revela-se, portanto, como uma estratégia de forte potencial de contribuição para a permanência com qualidade de vida no campo.

O estudo das FA, do ponto de vista teórico da Geografia, justifica-se pela necessidade de entender como as mudanças nas técnicas de produção e de comercialização, alteram as relações sociais que se estabelecem no espaço, transformando-o. A análise geográfica sobre o tema proposto visa compreender também outra dimensão da luta pela terra: a luta para *permanecer* na terra. Para isso, é preciso apreender os mecanismos de organização e mobilização empreendidos pelos camponeses, a fim de resistirem às pressões do Capital e consolidarem seus territórios.

O principal papel das FA é manter o camponês no mercado, sem a necessidade de atravessadores, fazendo com que percebam uma maior retribuição financeira sobre os frutos do trabalho. Além disso, a feira estabelece uma relação campo-cidade que tira o camponês da invisibilidade e coloca transparência nas relações de comércio, gerando laços de solidariedade entre consumidores e produtores.

As FA apresentam-se como respostas locais à ação cada vez mais globalizada dos “Impérios Alimentares”. Tais impérios são empresas transnacionais que dominam toda a cadeia de produção de alimentos, desde a indústria de maquinários e de insumos, das pesquisas científicas, do beneficiamento, até a distribuição e a comercialização (MARCOS, 2008).

A atual fase de globalização pode ser entendida como internacionalização do Capital. Isso traz para o campo vários efeitos negativos, entre os quais se podem citar: expropriação dos camponeses, precarização do emprego rural, insegurança alimentar e degradação ambiental. Além desses, há a vulnerabilidade econômica, à qual ficam expostos estados, regiões e países inteiros, em consequência da



monopolização do mercado de alimentos por grandes empresas. Para se ter ideia da dimensão desses impérios alimentares basta lembrar que apenas “[...] seis corporações controlam 85% do mercado [mundial] de grãos [...]; quinze controlam cerca de 90% do comércio do algodão, sete respondem por cerca de 60% do comércio de café” (TEUBAL *apud* MARCOS, 2008, p. 193.).

No Brasil, a estrutura fundiária concentrada favoreceu a veiculação da ideologia de “vocação nacional ao agronegócio”, sendo, então, a porta aberta para a entrada dos pacotes tecnológicos da Revolu o Verde. Cada vez mais, as políticas públicas se voltaram para o fortalecimento da produ o de *comodities* por empresas do agronegócio em detrimento da produ o de alimentos pela agricultura camponesa, responsável, em grande parte, pelo abastecimento do mercado interno.

Na contramão dessa tendência política no Brasil, os movimentos sociais têm buscado alternativas para a viabiliza o da produ o camponesa. No contexto de diversas lutas e conflitos no campo (por terra, por água, por educa o, por saúde, entre outras) os camponeses estão abrindo outra frente de combate às imposi oes do Capital: a conquista do mercado, que não significa a transforma o dos camponeses em pequenos capitalistas, mas uma forma de garantir sua reprodu o material e cultural. Porto-Gonçalves esclarece que:

Os camponeses sempre mantiveram rela o com o mercado desde tempos imemoriais. A agricultura capitalista   *uma* forma de mercado e não a agricultura de mercado. O mercado   anterior ao capitalismo e pode a ele sobreviver. O que o mercado não pode, nem pretende,   criar uma sociedade, até porque uma sociedade não se resume   dimensão econ mica (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 224).

As FA compõem, cada vez mais, a paisagem de diversas cidades no Brasil, comprovando que essa estratégia do campesinato traz resultados satisfatórios. Na região Sul, por exemplo, a atua o da Rede Ecovida de Agroecologia tem sido referência em comercializa o solidária de produtos agroecológicos. Atualmente, a rede conta com 28 núcleos regionais, em cerca de 170 municípios, mais de 3,5 mil agricultores, associados em 300 grupos de produ o, e oito cooperativas de consumo (PASSOS; ISAGUIRRE-TORRES, 2013).

As FA não são mais exce oes e o movimento tende a crescer, uma vez que se apoia no surgimento de uma nova consciência social, na qual os padrões de consumo são baseados no respeito ao meio ambiente, na saúde humana e em práticas justas de comércio.

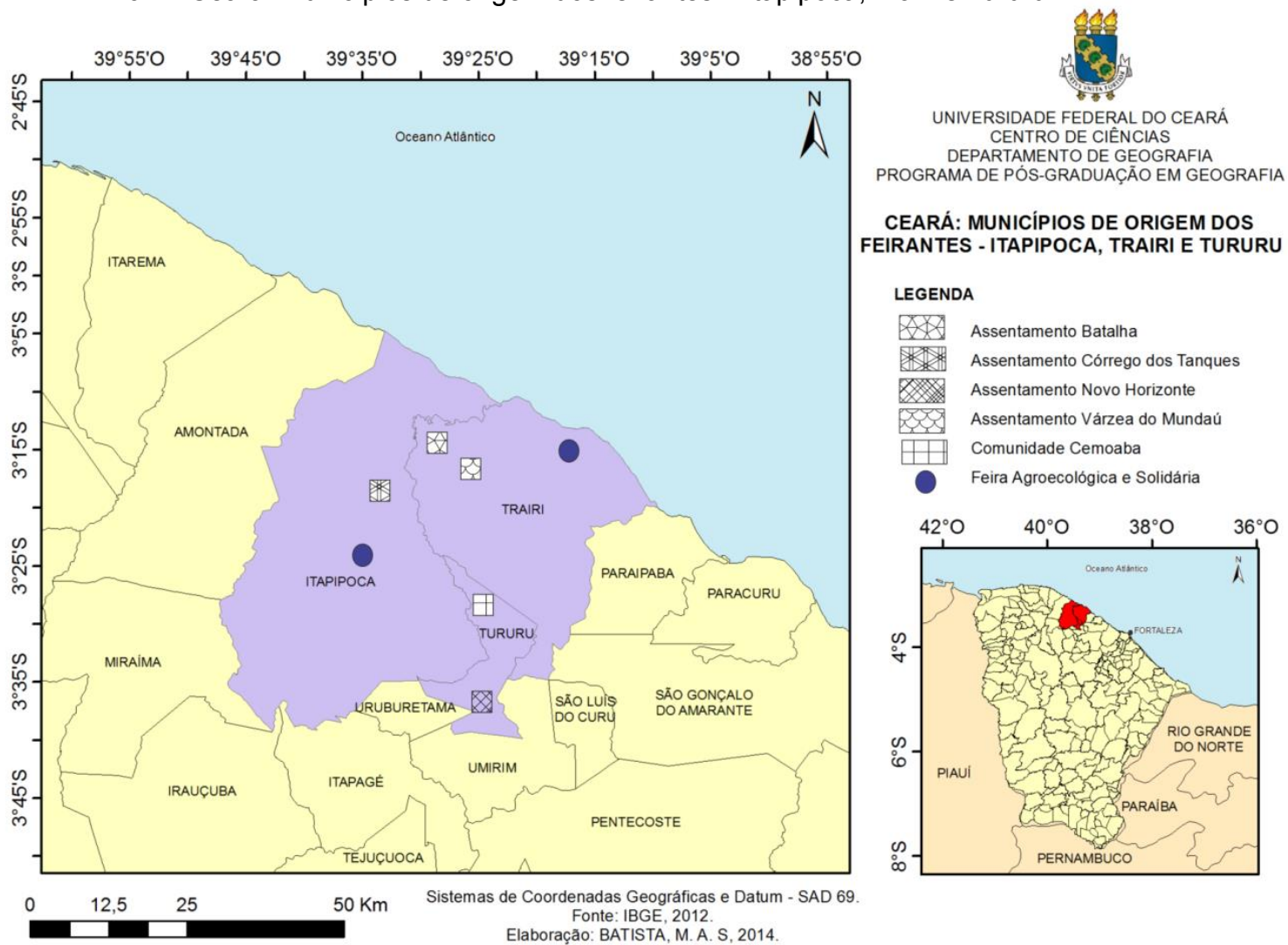
Em pesquisa sobre as FA da Paraíba, Rodrigues (2011) constatou que a produção agroecológica, impulsionada pela comercialização nas feiras, cresceu em número de camponeses adeptos, e conseqüentemente em quantidade e variedade de alimentos produzidos. Assim, nota-se que as feiras podem se tornar grandes aliadas da agricultura ecológica, transformando técnicas ambientalmente degradantes em formas mais sustentáveis de produção. Para a referida autora:

As Feiras Agroecológicas trouxeram vários avanços para o camponês e melhoria à qualidade de vida do consumidor na Paraíba. Dentre os avanços, registramos a desmistificação da crença de que é impossível, ou muito difícil, enfrentar os atravessadores no processo de comercialização. Outro ganho que destacamos são as experiências que contribuíram para estreitar as relações entre o campo e a cidade e para o fortalecimento da agricultura, geração de emprego e renda e preservação ambiental, bem como para o fortalecimento da economia e organização dos trabalhadores (RODRIGUES, 2011, p. 69).

As leituras e reflexões acerca da questão agrária, seus impasses, desafios e formas de enfrentamento, incitaram o estudo das FA no Ceará, no curso de pós-graduação. Tal interesse nessa questão tem suas raízes antes mesmo do ingresso na Universidade, tendo inclusive crescido e vivido junto a autora que agora tem a oportunidade de transpor para o plano científico as indagações sobre a realidade experimentada no plano pessoal. A aproximação com a realidade camponesa levou à busca de alternativas que viabilizassem uma melhor qualidade de vida no campo sem a necessidade de políticas assistencialistas. Alternativas essas que pudessem retribuir ao camponês o valor justo da sua produção, sem que esse fosse posteriormente castigado pela exploração excessiva do solo e dos demais recursos naturais.

Nessa linha de pensamento descobriu-se a Agroecologia como ciência capaz de conduzir o campo a outro paradigma de desenvolvimento. Nesse contexto de produção responsável com o meio ambiente e com a saúde humana, a questão da comercialização é um ponto fundamental. Por isso, investigaram-se os caminhos trilhados por camponeses na região norte do estado do Ceará, com o intuito de identificar formas de inserção no mercado que viabilize o projeto de vida camponês. A partir daí, conheceu-se a Rede de Agricultores Agroecológicos e Solidários do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu e optou-se em delimitar como universo de análise o grupo de feirantes agroecológicos de Itapipoca e de Trairi, correspondendo a um total de dez famílias (ver mapa 01).

MAPA 01 – Ceará: municípios de origem dos feirantes – Itaipoca, Trairi e Tururu



Fonte: Coleta de dados em trabalho de campo. Organizado por Batista, M. A. S. (2014)

As primeiras lições aprendidas por essas famílias sobre as práticas de cultivo agroecológicas foram proporcionadas pela formação em Agentes Multiplicadores de Agroecologia, realizada entre 2004 e 2005, pelo Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), com apoio financeiro da Organização Não Governamental (ONG) Manos Unidas. A formação durou dezoito meses e os camponeses tiveram a oportunidade de, além de aprender as técnicas da Agroecologia, discutir formas de convivência com o semiárido, segurança e soberania alimentar, gestão da propriedade familiar, organização de cadeias produtivas e também estratégias de comercialização na perspectiva da economia solidária.

O grupo de camponeses que concluiu a formação sentiu a necessidade de se articular e se organizar de forma mais sistemática a fim de avançar no objetivo de disseminar as práticas agroecológicas. Para isso, criaram a Rede de Agricultores Agroecológicos e Solidários do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu. Esse mesmo grupo já havia iniciado a comercialização em feira na cidade de Itapipoca, assim os esforços foram dirigidos no sentido de divulgar a feira entre os consumidores e também incitar outros feirantes nas demais cidades do Território.

A Rede conta com cerca de 280 participantes diretos e com cinco pontos de venda nas cidades de Itapipoca, Trairi, Tururu, Apuiarés e Paracuru, nas quais estão envolvidas 20 famílias, oriundas de assentamentos de reforma agrária e de comunidades rurais do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu.

A política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), denominada de Territórios da Cidadania, agrupou os 18 municípios da região norte do Ceará em função da identidade e de relações comerciais, econômicas e culturais que já estavam historicamente estabelecidas. Anteriormente conhecido como região de Itapipoca, o atual Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu abrange uma área de 12.143,70 km<sup>2</sup>, com uma população total de 571.045 habitantes, da qual 259.456 (45,43%) são residentes na área rural e destes 102.243 (39,40 %) vivem em situação de extrema pobreza (MDA, 2006).

A identidade entre os municípios do Território é dada em grande parte por um dilema comum enfrentado em quase toda sua extensão territorial: a luta pela terra. Principalmente a partir da década de 1970, quando empresas agroindustriais começaram a se instalar no território, desconsiderando milhares de famílias de

posseiros que habitavam a região ao longo de gerações. A partir de então, surgiram vários conflitos por terra, muitos dos quais tiveram bastante violência e até assassinatos. Os posseiros contavam com o apoio da Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), as quais tiveram significativa participação junto a outras instituições e movimentos sociais na conquista dos 84 assentamentos de reforma agrária existentes no território (MDA, 2006).

Muitas dessas comunidades rurais que passaram pelo processo de luta pela terra sofrem até hoje com outros tipos de pressões do Capital. No caso do assentamento Maceió, em Itapipoca, as mais de 600 famílias que ali vivem enfrentam judicialmente, desde 2002, uma empresa ligada ao setor de turismo, a qual afirma ter adquirido terras pertencentes ao assentamento. Há, ainda, conflitos com empresas de carcinicultura, que têm causado poluição ambiental, sobretudo da água, e com as empresas de energia eólica, que têm ocupado largas faixas de terra em todo o litoral.

A luta continua e diz respeito agora à consolidação do território camponês nesses assentamentos rurais. A reivindicação é pelo respeito à autonomia das comunidades tradicionais e por melhoria na qualidade de vida. Assim, é papel dos pesquisadores acompanhar as estratégias e caminhos trilhados pelos camponeses nessa empreitada.

Para responder às indagações que levaram a propor a presente pesquisa, três princípios básicos para a produção do conhecimento científico conduziram o presente trabalho, foram eles: **o diálogo com as demais áreas do conhecimento**, já que a ciência é multifacetada e a visão por um único ângulo distorce a realidade; **o zelo na rigorosidade da aplicação dos métodos**, o que não corresponde ao aprisionamento a determinadas técnicas, mas à escolha consciente da melhor forma de se chegar aos resultados da proposta de estudo; e **a postura ética em relação ao conhecimento anteriormente produzido**, pois é preciso se apropriar desse conhecimento para avançar na ciência, o que não significa aplicar, tal qual, a teoria aos problemas estudados, muito menos se escorar nos discursos de prestígio para validar as próprias investigações.

Para além do arcabouço técnico, o método consiste, principalmente, nos pilares sobre os quais a reflexão se apoia. Então, necessário se faz distinguir *método de interpretação* de *método de pesquisa*. O primeiro corresponde à

concepção de mundo do pesquisador, à ideologia e a sua posição política, enquanto o segundo equivale aos recursos técnicos, ou seja, as ferramentas utilizadas na efetivação da pesquisa (MORAES; COSTA, 1984). Em virtude da natureza do objeto de estudo, optou-se pela interpretação qualitativa dos dados e considerou-se ser mais prudente a discussão teórica à luz do materialismo histórico e dialético, uma vez que compreender os processos de luta do campesinato implica trazer à tona as contradições do modo de produção capitalista.

Os métodos de pesquisa, utilizados neste trabalho, baseiam-se em *levantamento bibliográfico* sobre o tema, o qual consiste na busca de estudos que possam embasar teoricamente a pesquisa, sobretudo, os autores que discutem o campesinato e a questão agrária, dentre os quais se destacou Martins (1981), Oliveira (1990), Fernandes (1999); a Agroecologia como caminho para o enfrentamento da crise na Agricultura como Altieri (2004), Caporal e Costabeber (2006) entre outros; e os Circuitos Curtos de Comercialização, especialmente as feiras agroecológicas, temas discutidos por Darolt (2013) e Rodrigues (2011), respectivamente.

O diálogo com outros pesquisadores que estudam a temática, inclusive em outros lugares, é importante, pois além da possibilidade de confrontar os resultados de pesquisas anteriores com os dados apreendidos em campo, é possível estender a reflexão, evitando o risco de subestimar os fenômenos estudados, pensando-os apenas como expressões locais. Pois, o local está submetido a fenômenos de nível global, ainda que se expressem em cada lugar de modo particular.

Para alcançar resultados relevantes, as estratégias de investigação contam imprescindivelmente com o trabalho de campo. O qual é para a Geografia um dos principais recursos, quando alinhado com a teoria, para o entendimento das questões estudadas. O geógrafo deve perceber a lógica subjacente da organização do espaço, cuidando apenas para que o excesso de teorias e ideias preconcebidas em gabinete não se sobreponha à realidade. É um exercício dialético, no qual a teoria ilumina a análise da realidade em campo e, a partir disso, produz nova teoria (TRICART, 2006).

Em virtude de o grupo de camponeses do universo de análise ser assessorado pelo CETRA, o primeiro passo foi o contato com a instituição a fim de

chegar às pessoas envolvidas na realização das feiras agroecológicas. Então, depois de informá-los sobre a intenção da pesquisa, o contato com os camponeses foi facilitado, já que a pesquisadora foi apresentada ao grupo por pessoas do convívio dele.

Depois da primeira aproximação, o passo seguinte foi o reconhecimento da área. Olhar o espaço, as pessoas, a dinâmica social, enfim, apreender o contexto sociocultural, no qual o objeto de estudo se insere. Nesse momento, desenvolveu-se técnicas de pesquisa, referentes à coleta de dados, que se deu por *fonte primária*, através de *observação direta* e entrevistas semiestruturadas gravadas.

As entrevistas semiestruturadas e conversas “informais” tiveram por finalidade a captação de informações de forma mais espontânea, sem a tendência de orientação de respostas. Com o intuito de preservar a identidade dos camponeses e demais entrevistados optou-se por utilizar nos depoimentos transcritos no trabalho apenas as iniciais de nomes fictícios, ainda que todos tenham assinado o termo de autorização de publicação das entrevistas e dos registros fotográficos.

Além dos camponeses, foram entrevistados os técnicos agrícolas envolvidos no processo de gestão e realização das feiras. Consideramos importante escutar os técnicos porque eles são atores sociais fundamentais para o sucesso das unidades de produção agroecológica, uma vez que fazem o acompanhamento da produção e da comercialização. Nesse momento, utilizou-se recursos como o registro fotográfico, a gravação das entrevistas e anotações em caderno de campo.

Simultaneamente a essa fase, realizaram-se as visitas às unidades de produção, momento no qual se direcionou para o entendimento mais apurado das especificidades do modo de vida dos camponeses e puderam-se ter conversas mais detalhadas com os mesmos.

As feiras agroecológicas, no grupo investigado, são resultado de um processo de formação política e ideológica, iniciado com a luta pela terra, são, portanto, continuidade dessa luta. O que se procurou entender é como e em que medida a Agroecologia ganha espaço dentro do atual quadro de desenvolvimento do capitalismo no campo e quais impactos na vida do camponês e da sociedade ela causa. Dessa forma, a pesquisa sobre o papel das Feiras Agroecológicas no fortalecimento do campesinato se faz necessária, sobretudo, porque este tema

remete a uma série de outras questões importantes, como a soberania e a segurança alimentar, o desenvolvimento rural endógeno, a preservação do meio ambiente, além da preocupação com a saúde do produtor e do consumidor e os resultados da reforma agrária.

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro é a introdução; o segundo versa sobre a discussão teórica acerca da Questão Agrária e do Campesinato, no Brasil e no Ceará; o terceiro diz respeito à Agroecologia como paradigma de desenvolvimento rural, expondo como os camponeses estudados incorporaram suas práticas e criaram formas alternativas de renda e viabilidade da vida no campo; o quarto discute o papel das feiras agroecológicas, como um circuito curto de comercialização, destacando suas possibilidades e desafios, e os resultados da pesquisa de campo com a descrição da Rede de Agricultores Agroecológicos e Solidários do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu e a análise dos dados coletados nas feiras de Itapipoca e de Trairi; e o quinto refere-se às considerações finais do trabalho.



## 2 QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO: REFLEXÕES TEÓRICAS

Compreender os processos em trânsito na agricultura, no Brasil e no mundo, tem sido um desafio para intelectuais de várias áreas do conhecimento e de diversas partes do planeta. É fato que a agricultura representa uma atividade econômica com alto grau de complexidade, pois devido a sua importância social para a humanidade, essa se coloca, sobretudo, como uma questão política.

Um dos desafios do capitalismo em relação à agricultura diz respeito à industrialização de uma atividade dependente da natureza e dominada há mais de dez mil anos por grupos sociais não capitalistas. Assim, foi e é contundente o esforço do Capital em monopolizar os meios de produção, notadamente a terra e, a partir da segunda metade do século XIX, também as tecnologias.

A partir da década de 1950 o mundo passou a conviver com inovações nas técnicas agrícolas que tinham por objetivo o aumento da produção e da produtividade. Fertilizantes químicos, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (OGM) foram introduzidos nas plantações de forma crescente, porém desigual. Esses novos componentes da produção agrícola formavam o chamado pacote tecnológico da Revolução Verde, produzidos e comercializados por pouquíssimas empresas multinacionais, as quais logo dominaram o mercado desses insumos no mundo todo.

Utilizando-se do discurso de produzir mais e a preços acessíveis, a indústria química, com o apoio do Estado, disseminou o uso indiscriminado de insumos, chamados estrategicamente de defensivos agrícolas e melhorias genéticas. A Revolução Verde não foi apenas uma “revolução” na forma de produzir alimentos, mas principalmente, uma revolução nas relações de poder por meio da tecnologia (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Ainda que sejam questionáveis a qualidade e a segurança dos OGM e os seus impactos na saúde da população e no meio ambiente não sejam totalmente previsíveis, cresce cada vez mais a utilização dos mesmos na produção de alimentos. Se por um lado esses organismos produziram e produzem milhões de toneladas de cereais, por outro geram também milhares de expropriados do campo. Sem contar que os custos dessa produção só são “viáveis” graças aos subsídios

fornecidos pelo Estado e, é claro, os custos externos, como a degradação ambiental e os riscos à saúde humana, são incalculáveis.

Contraditoriamente ao aumento da produtividade de alimentos esse monopólio acarreta o crescimento do número de famintos, em consequência da concentração fundiária relacionada a esse tipo de agricultura. Além disso, em favor das monoculturas, desconsidera-se a riqueza cultural e os saberes locais construídos ao longo dos séculos e adaptados às condições naturais de cada lugar.

Com o avanço do capitalismo no campo e a mundialização dos mercados, a agricultura ganha outras dimensões, com novos atores e desafios. A produção agrícola passa a obedecer à lógica do mercado mundial, deixando de atender aos interesses nacionais e expondo o país a crises internacionais. O monopólio da agricultura por grandes corporações coloca em risco a Soberania Alimentar dos povos.

O mundo vive uma fase de padronização da dieta humana. As pessoas são cada vez mais induzidas a consumirem os mesmos alimentos, gerando uma economia de escala para as grandes empresas. O *marketing* da indústria alimentícia utiliza-se do discurso da praticidade, facilidade e economia de tempo para disseminar produtos de baixa qualidade, aproveitando-se do ritmo frenético do modo de vida moderno. A qualidade nutricional da comida industrializada perde espaço para o conforto proporcionado ao consumidor, disseminando, assim, maus hábitos alimentares e trazendo problemas de saúde pública.

Se até a Revolução Verde, o principal problema agrário, no Brasil, era o acesso à terra, a partir de então, junto a esse histórico dilema, constata-se o risco da insegurança alimentar. O Agronegócio, além de tentar controlar a produção agrícola, por meio da terra e das tecnologias, domina também os mercados e os investimentos estatais, sob o argumento de gerar mais emprego e renda no campo, o que é desmentido pelo Censo Agropecuário de 2006 do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), conforme podemos observar no quadro 01:

QUADRO 01 – Dados do IBGE sobre percentual de área ocupada pela agricultura e de pessoal ocupado em estabelecimento familiar e não familiar

CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006	% DE ÁREA OCUPADA		PESSOAL OCUPADO	
	Estabelecimento familiar	Estabelecimento não familiar	Estabelecimento familiar	Estabelecimento não familiar
<b>BRASIL</b>	24,35%	75,7%	74,4%	25,6%
<b>NORDESTE</b>	37%	63%	87,2%	12,8%
<b>CEARÁ</b>	44%	56%	85%	15%

Fonte: IBGE, 2006 – Org.: BATISTA, M. A. S.

De acordo com as informações do quadro 01, pode-se perceber que a agricultura familiar é responsável pela maior parte dos empregos gerados no campo, chegando a 87,2% no Nordeste, enquanto concentra apenas 37% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais na região.

Outra variável válida para compreendermos o papel da agricultura familiar no Brasil é a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. O censo de 2006 constatou que dos principais alimentos consumidos no Brasil grande parte é proveniente desse tipo de agricultura. Para citar alguns exemplos, tem-se que 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 58% do leite são produzidos em pequenas propriedades, sendo, portanto, inegável a importância da agricultura familiar, sobretudo a camponesa.

Mesmo diante desse quadro de grande relevância para o abastecimento do mercado interno, os camponeses sofrem diversos tipos de pressão do capital. Especialmente de duas formas, a primeira é quando o capital territorializado no campo expropria camponeses. A segunda é quando ele não está concretamente territorializado, mas monopoliza o território, ditando a lógica da produção e se apropriando da renda da terra gerada pelo trabalho camponês (OLIVEIRA, 1990).

Diante dessas situações que podem ser constatadas em todo o Brasil, nota-se a resistência dos camponeses. O campesinato brasileiro tem dado diferentes respostas à crise na agricultura, seja lutando contra a expropriação e por terra de trabalho, seja buscando alternativas de produção e comercialização.

A heterogeneidade de reações por parte dos campesinatos de vários países revela que a resistência é multifacetada e muitas vezes oculta,

materializando-se “dentro dos espaços de produção” (PLOG, 2009, p. 26), como acontece no caso das experiências de produção agroecológica investigadas neste trabalho. Apesar de afetados pela ação das grandes empresas multinacionais, chamadas por Plog (2008) de *Impérios Alimentares*, os camponeses permanecem criando alternativas para garantir sua reprodução material e cultural.

## 2.1 Notas sobre questão agrária

O entendimento de questão agrária que norteia este trabalho tem suas raízes nas interpretações, à luz da teoria marxista, de Lênin (1985) e Kautsky (1980) e nos estudos de Chayanov (1974) e Shanin (1983) sobre a economia camponesa e em outros estudiosos seguidores da mesma linha de pensamento dos autores supracitados.

O cerne da questão agrária reside na problemática da renda da terra, dos processos de diferenciação e recriação do campesinato e das consequências advindas da penetração do capitalismo no campo, ou seja, é uma questão estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura.

Para Lênin (1985) o campesinato estava fadado ao desaparecimento, já para Kautsky (1980) o campesinato tenderia a uma drástica diminuição, mas não desapareceria completamente, ao menos até que o Estado Socialista fosse implantado. Enquanto que para Lênin (1985), o campesinato desapareceria pela proletarização e expropriação, para Kautsky (1980), o campesinato vivia um momento de desintegração ante a superioridade dos estabelecimentos agrícolas capitalistas, porém na medida em que era “expulso” por esses estabelecimentos, era também por eles recriado pela necessidade de “braços”.

Ao longo de suas reflexões, Kautsky esclarece que, embora, as pequenas explorações tendam a desaparecer, elas ressurgem, pois são partes necessárias ao desenvolvimento dos grandes estabelecimentos. Para o autor:

[...] O fenômeno se reveste de duas formas: ou o grande proprietário fraciona uma parte de sua terra para vendê-la ou alugá-la em lotes pequenos aos camponeses, ou aliena-a toda [...] do que resulta sua fragmentação em pequenas glebas. [...] À medida que aumenta o número de pequenos agricultores, colocados ao lado dos grandes, multiplica-se o número de braços postos à disposição destes últimos. Aumentam então, a vitalidade da grande e sua superioridade em relação à pequena. Nos lugares em que se formam pequenas explorações, [...] produz-se de novo a tendência desta a progredir. [...] O modo de produção capitalista arruína da mesma forma tanto a grande como a pequena exploração agrícola. (KAUTSKY, 1980, p. 183)

É preciso enfatizar que Kautsky estava teorizando sobre a Europa do início do século XX, mas sua contribuição se faz importante para o estudo da questão agrária atual, porque seus argumentos fazem pensar a relação dialética entre o campesinato e os grandes estabelecimentos agrícolas. O autor esclarece, na introdução de “A Questão Agrária”, que o problema do desaparecimento do campesinato não é o mais essencial. Para ele:

Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar *se e como o capital se apodera* da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas. (KAUTSKY, 1980, p. 28)

São justamente as novas formas de produção que fazem indagar sobre o lugar do campesinato na sociedade e qual tendência se anuncia, pois elas revelam a lógica subjacente dos processos em curso na agricultura e quais são os elementos constitutivos dessa lógica.

Para Lênin, as teorias que pensavam o campesinato pautando-se na unidade familiar eram a “romantização” da situação de miserabilidade dos camponeses, seriam burguesas por não exporem a luta de classes. (PAULINO, 2003). Lênin concebia o campesinato como um resquício da sociedade feudal, o qual seria, inevitavelmente, superado pelo modo de produção capitalista. Por essa conclusão, Lênin recebeu contundentes críticas, as quais alegavam que tal constatação parte de uma visão linear da história, onde se desconsidera a contradição dos processos históricos.

Para compreender o campesinato na sociedade capitalista, Lênin (1985) dividiu os camponeses em três grupos, utilizando como critério o fator venda da força de trabalho. Nesse caso, os camponeses estariam classificados em: a) ricos, os compradores de força de trabalho, e, portanto, tenderiam a se tornarem capitalistas; b) médios, seria um grupo instável, oscilava entre a situação de camponês rico ou pobre, a depender das condições naturais e econômicas, mas, na maioria dos casos, eram os camponeses que viviam da sua própria força de trabalho, sem precisar vendê-la ou comprar de outros camponeses; e c) pobres, seriam os que não tinham alternativas a não ser vender sua própria força de trabalho.

Lênin (1985) estava preocupado com a luta de classes entre capitalistas e proletários, por isso desprezou outros elementos constitutivos do campesinato como o trabalho familiar, mais tarde estudado por Chayanov (1974) e Shanin (1983). Por enxergar os camponeses apenas como futuros proletários, Lênin não conseguiu identificar outros fatores que os organizavam e que os colocavam como classe social do capitalismo, por isso premeditou o seu inevitável fim.

Rompendo com a tradição marxista de discutir o campesinato, Chayanov (1974) busca compreendê-lo a partir da microeconomia, ou seja, a partir da organização da unidade econômica doméstica, ao contrário de Lênin, que buscava explicações nas macrorrelações econômicas e sociais. Assim, discordando das ideias de Lênin e Kautsky, Chayanov defendeu a teoria de que o campesinato permaneceria enquanto tal no capitalismo, porque a produção agrícola seria impossível de se encaixar nos moldes capitalistas de produção como a indústria, por exemplo.

De acordo com Chayanov (1974), o campesinato se relacionaria com o capitalismo a partir da renda da terra, da renda em trabalho e da renda em produto. Não seria, portanto, a venda ou compra da força de trabalho, como defendeu Lênin, que determinaria o fim do campesinato, mas pelo contrário.

O trabalho acessório, de acordo com Chayanov (1974), seria uma forma que o camponês teria para manter sua sobrevivência no campo. O camponês poderia comprar força de trabalho alheia à família nos períodos de pico da lavoura, colheitas e plantios, sem com isso, tornar-se capitalista; bem como poderia vender sua força de trabalho ou empregá-la em outra atividade nos períodos em que a atividade agrícola não a exigisse completamente. Para ele, o que distinguia os camponeses entre si, como ricos ou pobres era, principalmente, o tamanho da família e o balanço entre produção e consumo.

A tese de Chayanov alinha-se ao pensamento de Rosa Luxemburgo (1985), a qual defende que o capitalismo não pode se reproduzir de forma ampliada a partir do próprio capitalismo. Segundo a autora, o modo de produção capitalista necessita obrigatoriamente de sociedades não capitalistas para assim, e somente assim, se ampliar. Seria, portanto, esse o motivo da permanência do campesinato no capitalismo, que embora distinto, faz parte da lógica capitalista, a partir da extração de renda em trabalho, em produto e da terra. Assim, a tese de Lênin de

que o campesinato persiste na sociedade capitalista como resquício do modo de produção feudal não encontra mais alicerces, tendo em vista que para isso ser possível, o campesinato precisaria ser uma sociedade fechada.

De acordo com Archetti (1974), Chayanov bem como Marx defendeu que o camponês não acumula capital. Porém, as análises de Chayanov divergiam das de Marx em vários pontos. Para o último, isso acontece porque o camponês não inclui o valor do seu trabalho ao custo final do produto, ou seja, ele paga mais-valia à sociedade. Já para o primeiro isso acontece pelo fato de o camponês parar de trabalhar quando atinge a renda suficiente à manutenção da sua existência.

Para Chayanov era necessário saber não só o que o campesinato produzia, mas também como produzia e para quem, por isso ele buscou compreender por que os camponeses, na Rússia, cultivavam produtos pouco rentáveis. A esse respeito Chayanov (1974) chegou à conclusão de que esta era a única forma de os camponeses estarem no mercado, ou seja, para eles significava a garantia de trabalho e, portanto, reprodução social do grupo familiar.

Shanin (1983), assim como Chayanov, dirigiu o seu olhar para o campesinato russo. Ambos concordavam com o fato de a unidade doméstica camponesa ser ao mesmo tempo unidade familiar e unidade de produção, e por isso obedecia não só aos condicionamentos econômicos, mas também aos de ordem biológica, como o tamanho da família e o nível de maturidade da força de trabalho. Assim, a capacidade do campesinato de ora conservar sua estrutura, ora transformá-la, seria uma característica própria desse grupo social. Com isso, Shanin chama a atenção para o fato de os processos de diminuição do campesinato precisarem ser analisados em um contexto mais amplo (SHANIN, 1983).

Em publicação mais recente, Shanin (2005) explica que:

No caso da transformação capitalista da agricultura parece ocorrer não uma, mas três tendências principais, simultaneamente em diferentes regiões e partes do mundo e, às vezes dentro da mesma sociedade. Chamaremos essas tendências de processos de diferenciação, pauperização e marginalização (p. 8).

Sobre a diferenciação pode-se entender as diversas formas que o camponês toma no capitalismo, sendo essa a mudança estrutural mais significativa. Shanin enfatiza que “as argumentações teóricas e fatuais em seu favor (da diferenciação) são válidas, mas sua interpretação como padrão de desenvolvimento exclusivo não o é.” (2005, p.8).

Dessa forma, o autor combate a tese de que os camponeses no modo de produção capitalista podem ser reduzidos aos processos de diferenciação, como pretende o conceito de agricultor familiar. Por isso, Shanin vai muito mais além, ao colocar o processo de pauperização do camponês como uma das tendências no capitalismo. Para ele, a pauperização é resultante da ineficiência dos processos de diferenciação, que não absorve todo o contingente de camponeses e tem sua expressão “no fenômeno da ‘população excedente’, do ‘subemprego rural’, da ‘cultura da pobreza’, das favelas, etc.” (SHANIN, 2005, p. 8).

O fato de o número de camponeses aumentar em todo o mundo, leva a crer que “sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados.” (SHANIN, 2005, p. 9). O que acontece, em grande medida, é a marginalização desse grupo social. Para Shanin:

Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros (2005, p. 9).

Tais conclusões demonstram que o campesinato não pode ser estudado e entendido pela ótica capitalista. Prova disso é a sua existência nas diversas sociedades: escravocrata, feudal, capitalista e socialista e, principalmente, sua resistência nas transições de uma para outra. Além disso, como provoca Moura (1986), é preciso entender também por que “o campesinato é sempre o polo oprimido de qualquer sociedade (p.10)” e em qualquer tempo histórico.

É nesse sentido que a discussão sobre a questão agrária, em seu contexto mais amplo, é essencial para que a realidade não seja reduzida, no caso dos camponeses das feiras agroecológicas estudadas neste trabalho. As FA não surgiram da simples necessidade de escoamento da produção, elas são frutos de um longo processo de autoafirmação do campesinato, o qual começou com a luta pela terra e pelo reconhecimento político desse grupo social.

O campesinato é uma classe social do capitalismo, mas não se resume a apenas isso. A classe social diz respeito ao lugar ocupado por um grupo de pessoas na divisão social do trabalho (POULANTZAS, 1975). No entanto, o camponês não é identificado enquanto tal apenas pelo trabalho, mas por um conjunto de práticas



culturais realizadas nas relações sociais cotidianas. É, portanto, também um modo de vida que revela, a partir da relação com terra, a dinâmica de sua existência. Por isso, não se pode pensar políticas públicas para o campo voltadas apenas para a dimensão econômica.

## **2.2 O campesinato como uma classe social e um modo de vida**

A permanência, mesmo em situação de subordinação, ao longo da história e de diversos modos de produção nos revela um dado considerável: o campesinato é capaz de se moldar às diversas realidades em que se encontra. A grande heterogeneidade constatada nos campesinatos de todo o mundo, nada mais é do que respostas próprias às especificidades de cada tempo e lugar.

Moura (1986) alerta que “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista (p. 17).” Segundo a autora, a permanência do campesinato se deve ao fato de que “[o capital] não consegue por nenhuma lei dos homens e, muito menos, da natureza ampliar a terra onde também tem interesse em investir e lucrar”. (1986, p. 19).

É, somente, através de diversas formas de extração de renda do camponês que o capital consegue lucrar e só o faz por sua própria condição de autonomia, pois não o conseguiria se o camponês se tornasse um operário, por exemplo. Essa especificidade coloca a seguinte questão: o campesinato seria um modo de produção? Definitivamente não! Shanin (2005) é contundente ao afirmar que:

Os camponeses não são um modo de produção porque lhes falta a estrutura político-econômica relativamente autossuficiente, isto é, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente têm sido, de modo geral, externos a eles. (p. 11)

O campesinato apesar de sua relativa autonomia está subordinado às leis ditadas pelo modo de produção dominante, e aí, está a diferença. Só é modo de produção se for dominante, por isso faltaria ao campesinato o “ingrediente crucial para sua conceituação como um modo de produção próprio, justamente o de dominar e, por isso, subordinar”. (MOURA, 1986, p. 62)

Neste caso, como se pode conceber o campesinato? Quais elementos constitutivos de sua essência são importantes na conceituação? Seria uma classe social? Ou apenas um modo de vida? Novamente, Shanin (2005) nos dá a resposta:

Os camponeses “são” uma classe, uma economia, uma *part-society* e, além disso, outras “coisas” que ainda não conceituamos. Só a definição de uma problemática torna possível a seleção de um quadro de referências conceitual válido. (p. 16.)

A definição de camponês não pode propor congelar o sujeito histórico que representa, sendo preciso apreender as diversas estratégias de sobrevivência desse sujeito e não negá-las para pretender a pureza do conceito. O campesinato é uma classe social e um modo de vida, cuja principal característica é a autonomia, ainda que relativa, sobre a força de trabalho familiar.

Shanin (1983) propõe o delineamento de quatro características básicas para se identificar o camponês, a saber: a) a **propriedade rural familiar** como a unidade básica da organização econômica e social; b) a **agricultura como principal fonte** de sobrevivência; c) a **vida em aldeia** e a **cultura** específica das pequenas comunidades rurais; e, d) a **situação oprimida**. No entanto, o autor faz, anos mais tarde, uma autocrítica. Segundo ele, sua caracterização é insatisfatória porque os vínculos entre os critérios não receberam maiores especificações. Shanin (2005) argumenta que:

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o **cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar**, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. (grifo nosso, p. 5)

Não restam dúvidas de que o trabalho familiar é um elemento significativo para se compreender a lógica camponesa e, principalmente, a permanência do campesinato no capitalismo. Tal lógica se contrapõe à lógica capitalista em diversos aspectos. Na propriedade capitalista, o dinheiro é investido no intuito de obter lucro, enquanto na propriedade camponesa se faz no sentido de garantir as mercadorias necessárias à reprodução da unidade familiar. Enquanto os camponeses vivem com a remuneração da sua própria força de trabalho, o capitalista lucra com a renda da terra e com a mais-valia extraída do camponês.

Embora a lógica econômica do campesinato seja importante na reprodução desse grupo social, como demonstrado por Chayanov (1974), ela não o explica por completo, porque o campesinato é organizado também por princípios alheios à economia. Por isso, para entender o campesinato é preciso adentrar o seu mundo cultural e ideológico.

É nesse sentido que Klass Woortmann (1990) fala em diferentes graus de campesinidade. Para este autor, a campesinidade é um conjunto de características encontrado em diferentes tempos e lugares, em diferentes graus, revelando a importância da ética e da moral camponesa para grupos sociais específicos.

A contribuição de Klass Woortmann (1990) é fundamental para alertar os estudiosos de que as explicações sobre o campesinato como uma economia possuem limites. Para ele, é preciso pensar o campesinato também como um grupo social que tem uma ética particular, pautada em uma ordem moral diferente, na qual três categorias são nucleantes, *terra, trabalho e família*. As quais “se vinculam estritamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como honra e hierarquia (WOORTMAN, 1990, p. 23)”. No campesinato essas três categorias não se separam.

Os estudos de Klaas Woortman (1990) e Ellen Woortmann (1995) sobre dois grupos sociais distintos, um num Sítio no Nordeste e outro numa Colônia do Sul, que eles chamaram de casos exemplares de máxima campesinidade no contexto brasileiro, são importantes para ajudar a desvendar a relação que o camponês estabelece com a terra. Relação essa que, muitas vezes, o motiva a lutar por sua conquista, que não é exclusivamente a luta pela propriedade da terra, mas a luta para ter o direito de reprodução da sua existência.

As diversas formas de luta pela terra têm suscitado discussões na sociedade brasileira, levando alguns observadores descuidados a alegar, por exemplo, que o camponês, *posseiro* ou *sem-terra*, almeja ser um capitalista, pois deseja ardentemente ter o título da propriedade em que vive ou pretende viver. No entanto, com uma observação mais apurada percebe-se que o essencial para esse camponês não é a propriedade da terra em si, mas a garantia de trabalho e de liberdade, que como *pai de família* são condições para a manutenção da sua *honra*.

A terra mais do que propriedade é *patrimônio*, não do indivíduo, mas da *família* e será transmitida, junto com toda a responsabilidade moral que carrega, de geração em geração através da *herança*. Nesse sentido, ser *dono da terra* significa arcar com a responsabilidade de garantir a honra da família, através do trabalho digno. Trabalho tão mais digno quanto mais árduo (WOORTMAN, KLASS, 1990).

A família camponesa possui um sistema de valores e princípios que regula as relações no interior do grupo doméstico e entre as famílias de um mesmo

território camponês. São, principalmente, relações de reciprocidade baseados nos princípios de parentesco e de vizinhança.

Na obra intitulada “Os parceiros do Rio Bonito”, Candido (2001) discutiu o modo de vida do *caipira* paulista, na década de 1960. De acordo com o autor: “as relações de vizinhança, porém, constituem, entre a família e o povoado, uma estrutura intermediária que define o universo imediato da vida caipira, e em função da qual se configuram suas relações sociais básicas.” (CANDIDO, 2001, p. 77). É através das referências de parentesco e vizinhança que o camponês se define como pertencendo à determinada comunidade.

Compreender os valores e princípios que organizam o campesinato evita ao pesquisador cair no equívoco de tomar casos pontuais como leis universais, ou tomar uma parte do processo como o fenômeno em si. Por exemplo, algumas situações e tendências parece inverterem a lógica camponesa, enquanto na verdade podem significar os meios possíveis para manutenção da mesma. No caso, dos camponeses inseridos no mercado para comercializarem os seus produtos, aparentemente tal fato é uma negação do princípio da reciprocidade e, conseqüentemente, de sua campesinidade, no entanto, isso ocorre para que o camponês, como *pai de família*, honre a sua responsabilidade de garantir o sustento da casa (WOORTMAN, 1990).

Os processos pelos quais os camponeses são atingidos criam contraditoriamente situações de “descamponesação”, no caso da expropriação e também “recamponesação”, como tão comumente acontece nos movimentos sociais desencadeados na sociedade atual. Shanin (1983) explica que se por um lado o capitalismo tende a “descamponesar” expropriando e proletarizando, por outro lado é preciso considerar a força de resistência e recriação do campesinato, que criativamente desenvolve estratégias de “recamponesação”.

Para Shanin (1983), a chave da compreensão da resiliência camponesa está justamente na organização interna do trabalho familiar, que tende a resolver os problemas das crises de maneira mais eficiente e barata, tal como fora comprovado por Chayanov (1974). Por outro lado, as pressões feitas por camponeses por meio dos movimentos sociais, sindicais e religiosos tem levado o Estado a implantar políticas públicas, como a de Assentamentos Rurais e de apoio à produção camponesa, sendo essa também uma via de recamponesação.

A dinâmica do modo de vida camponês faz entender como as estratégias de luta são empreendidas na tentativa de superar a questão agrária no Brasil, a qual permeia a história do país desde o período da colonização. Embora internamente heterogêneo, o campesinato traz traços comuns que remontam a sua origem, no caso brasileiro, marcada pela exclusão social.

### **2.3 A origem do campesinato brasileiro e a questão agrária no Brasil**

O campesinato brasileiro tem origem muito diversa dos campesinatos de outros países, a começar pela relação que esses estabelecem com a terra, não podendo, portanto, ser equiparado aos de outros lugares do mundo, especialmente, ao russo.

Ao contrário do que aconteceu na Rússia, no século XIX, quando a luta do campesinato era para não sair da terra, no Brasil a luta era (é) para ter acesso à terra, ou seja, por aqui tem-se um campesinato que se formou enquanto classe, já desenraizado da terra (MARTINS, 1981).

Geralmente, alega-se que a questão agrária no Brasil tem suas raízes no processo de colonização do país. Embora seja verdade, essa afirmação não serve de justificativa para a manutenção da estrutura fundiária concentrada até os dias atuais. É preciso relativizá-la, pois sabe-se que a distribuição de terras pela Coroa era baseada no princípio do uso. O donatário que não explorasse as terras era destituído, pois, nesse período a terra ainda não era mercadoria ou reserva de valor.

A constituição do campesinato brasileiro, de acordo com Martins (1981), resultou basicamente de três grupos sociais do período colonial: os índios, os mestiços e os deserdados pelo *morgadio*<sup>1</sup>. Esses grupos representavam a força de trabalho livre, que excluídos da economia de exportação durante o período colonial, na qual a mão-de-obra utilizada era a escrava, tiveram o papel de abrir novas fazendas, em troca do cultivo de produtos de subsistência em terras dos fazendeiros do café, no Sudeste, e, no Nordeste, foram os responsáveis por fornecer gêneros alimentícios aos engenhos de cana-de-açúcar.

---

<sup>1</sup> O Regime de Morgadio “tornava o primogênito o único herdeiro legal dos bens de um fazendeiro. Isso fazia dos outros herdeiros uma espécie de agregados do patrimônio herdado com base na primogenitura. O morgadio só foi extinto no Império, em 1835, tendo sido causa tanto do empobrecimento da população quanto de muitos conflitos de famílias que perduraram por longos anos.” (MARTINS, 1981, p. 32).

Ao longo da história do Brasil, várias políticas públicas contribuíram para assegurar o latifúndio como unidade básica de produção, especulação, reserva de valor e extração de renda da terra. Essas medidas não foram implantadas por acaso, mas foram elaboradas com a finalidade de atender ao interesse da elite agrária do país de inviabilizar um processo de uso democrático da terra.

A manutenção da estrutura fundiária concentrada foi se dando ao longo dos séculos através de artifícios políticos de restrição do acesso à terra. O marco inicial dessa política foi a Lei de Terras de 1850, a qual previa que toda terra não ocupada passaria a ser do Estado e a única forma de aquisição de terra seria a compra. No caso das pessoas que já ocupavam terras antes da referida lei, a posse deveria ser legalizada junto à Coroa pagando-se uma taxa por isso. (MARTINS, 1981).

A implantação dessa política pouco antes do fim do tráfico negreiro não foi coincidência. A Lei de Terras visava impossibilitar ao ex-escravo de possuir terras e com isso, garantia que os mais pobres, sem a posse da terra, se submetessem ao trabalho nas grandes fazendas. (MARTINS, 1981).

O governo cuidou de assegurar, na mesma lei, uma política de imigração para substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, que de acordo com Martins (2003) não foi sinônimo de trabalho assalariado. O sistema de trabalho denominado de colonato foi a melhor opção para os grandes fazendeiros de café, pois podiam contar com a família inteira e não apenas com um trabalhador avulso. Além disso, a família residia na fazenda, sendo este, outro fator de subordinação.

Com o advento da república em 1889, as terras que pertenciam à Coroa foram transferidas para os estados, sendo a partir daí moeda de troca por favores políticos, entre a república e as oligarquias regionais. Os coronéis, como eram conhecidos os políticos e proprietários de terras no Nordeste, passaram a usar a propriedade da terra como forma de cativar o trabalhador, surgindo aí a figura do morador, que prevaleceu até meados da década de 1950. (ANDRADE, 1962).

Além da relação de trabalho caracterizada pela condição de morador, outra forma de trabalho camponês importante para entendermos a questão agrária é a condição de posseiro. Com a crise da cana-de-açúcar no Nordeste e as frequentes secas, muitos camponeses foram impelidos a migrarem para a região Norte, onde

florescia um crescimento econômico em virtude da valorização da borracha no mercado internacional (MARTINS, 2003).

No início do século XX, os seringais foram uma alternativa ilusória para os trabalhadores do Nordeste, pois o regime de trabalho beirava a escravidão. Ao contrário do colono, o seringueiro migrava sozinho e era totalmente dependente do dono dos seringais, para o qual vendia a borracha extraída e de quem comprava tudo que precisava para sobreviver, ficando muitas vezes obrigado a trabalhar para pagar as dívidas que contraía. Com a crise da borracha esses trabalhadores foram se fixando na região na qualidade de posseiros.

A partir da década de 1930, com a decadência do café, da cana-de-açúcar e da borracha, os conflitos no campo começaram a ganhar visibilidade, pois sem trabalho e sem terra muitos camponeses se viram obrigados a migrarem para as cidades e tornarem-se operários da incipiente indústria brasileira, vivendo em péssimas condições de vida.

Foram as crises advindas das economias citadas e de suas respectivas relações de trabalho que impulsionaram os trabalhadores rurais a se organizarem e lutarem pelos seus direitos. Nesse contexto, surgiram as primeiras Ligas Camponesas no Nordeste e, depois, em Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Posteriormente, surgem a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), os sindicatos de trabalhadores rurais, e outros movimentos sociais de grande importância na luta pela terra no Brasil. (OLIVEIRA, 2007).

Diante da pressão dos movimentos sociais no campo, em 1964 o governo de João Goulart propôs incluir a reforma agrária nas reformas de base no Brasil. Porém, a esperança de conquista da terra foi barrada pelo Golpe de 64, o qual derrubou o governo de Goulart e implantou o Regime Militar no Brasil. (OLIVEIRA, 2007).

Durante a ditadura militar os movimentos sociais e sindicais foram severamente reprimidos e seus líderes perseguidos, causando o enfraquecimento da luta pela terra. No entanto, em uma tentativa de “acalmar os ânimos” dos camponeses, o primeiro governo militar, assinou, ainda em 1964, o Estatuto da Terra. A lei nº 4.504 de 11 de outubro de 1964 estabelecia os conceitos de minifúndio, latifúndio por exploração, latifúndio por extensão, empresa rural e módulo rural.

De acordo com o Estatuto da Terra, para uma propriedade ser desapropriada, esta deveria não cumprir a função social da terra, que consiste em proporcionar o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores, respeitar o meio ambiente e cumprir a legislação trabalhista. Assim, estavam definidos os critérios de desapropriação (OLIVEIRA, 2004).

No entanto, o que ocorreu de fato foi um maior investimento em modernização da agricultura, a fim de tornar os latifúndios em “empresas rurais” de tal maneira que a reforma agrária jamais pudesse ser efetivada. De acordo com Martins:

O estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma agrária tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (1981, p. 96).

A alternativa encontrada pelos governos posteriores para o impasse foi a colonização de novas áreas. Para isso, foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), o qual “previa a colonização de 10 km ao longo das rodovias, [...]”. Nascia, assim, da estratégia geopolítica da ocupação e exploração da Amazônia, a chamada “Contra-Reforma agrária do Estado autoritário”. (IANNI, 1979 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 123).

É facilmente notado que os sucessivos governos brasileiros sempre atenderam aos interesses das elites agrárias do país e se utilizaram de estratégias para adiar (e nunca fazer) a reforma agrária. No entanto, os camponeses não ficaram inertes ao longo da história. Em vários lugares e momentos, os camponeses se organizaram para lutar pelos seus direitos, como no caso das Ligas Camponesas, dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e, mais recentemente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST foi formado em 1984, período de redemocratização do país, portanto um momento histórico favorável à luta pela reforma agrária, pois vários setores da sociedade clamavam por mudanças e as lutas dos trabalhadores de várias categorias se somaram. Além disso, o MST é fruto da experiência de outros movimentos sociais, por isso traz em seu cerne um grau de maturidade que o coloca como o movimento mais organizado da luta pela terra no Brasil.



Já na década de 80 do século XX, o MST é reconhecido como um eminente movimento social. A respeito do MST, Grzybowski (1987) comenta que “[...] é o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra e, por isto, revela maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares (p. 22)”. Assim, o MST tornou-se cada vez mais um movimento social com grande força e repercussão no Brasil.

Na Nova República, a necessidade da concretização da reforma agrária foi novamente colocada em pauta nos debates políticos. Em 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi aprovado. Segundo Oliveira (2004, p. 126) “a primeira previsão para assentamento entre 1985 e 1989 apresentava em termos totais para o Brasil 1.400.000 famílias, em uma área de 43.090.000 ha”. (p. 126).

Na prática, porém, foram “assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão.” (OLIVEIRA, 2004, p. 129). Os governos posteriores apresentaram propostas ainda mais tímidas e mais distantes da necessidade dos camponeses.

No Ceará, embora os índices tenham sido melhores que os nacionais, os resultados também foram muito aquém do esperado. De acordo com Oliveira (2005), “o I PRRA-CE beneficiou apenas 6,17 % (3.094) da meta prevista de 50.100 famílias, e desapropriou apenas 8,66% (125.875) da meta de 1,5 milhão de hectares (p. 137)”.

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram assentadas 563 mil famílias, entre 1995 e 2001. Porém, as desapropriações nem sempre corresponderam às reivindicações dos movimentos sociais, os quais muitas vezes foram criminalizados nesse período. A política do governo FHC para a Reforma Agrária foi como as anteriores, paliativa, visando tão somente abafar conflitos. (FERNANDES, 2006).

Posteriormente a FHC, o governo Lula (de 2003 a 2010) trouxe consigo a esperança de uma vida digna para milhares de camponeses. Contudo, a política de reforma agrária implantada por esse presidente foi muito mais tímida que a do seu antecessor. Na realidade a concentração fundiária no Brasil só se agravou. No entanto, Fernandes reconhece que apesar de ter sido muito aquém do esperado:

[...] a relação política com os movimentos camponeses melhorou em relação ao governo Cardoso. [...] Nos dois primeiros anos do governo Lula, as linhas de crédito para assentamentos foram retomadas com a apresentação de uma nova política de assistência técnica. A formação

profissional dos assentados foi ampliada com a intensificação de projetos de alfabetização, escolarização e acesso à universidade (2006, p. 200).

No governo de Dilma Roussef (de 2011 a 2014) essa estratégia política tem se mantido com programas sociais como o Plano Brasil sem Miséria, o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Seguro-Safra, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), entre outros. Porém, uma reforma agrária estrutural tem sido cada vez mais afastada da agenda política da presidente, que tem se baseado em um projeto político de conciliação de classes.

## **2.4 A Questão Agrária e o Campesinato no Ceará**

A Questão Agrária no Ceará pode ser entendida a partir da compreensão dos processos históricos que configuraram o seu território e desenharam a estrutura fundiária concentrada que se tem hoje.

A pecuária conduziu o território cearense ao povoamento, mesmo ocorrendo em espaços rarefeitos e deixando grandes vazios entre uma fazenda e outra. Essa atividade atraía muitas pessoas, porque não exigia muitos investimentos, não utilizava mão-de-obra escrava, diferentemente do canavial. Outro fator atrativo era o pagamento baseado na quarta, ou seja, a cada quatro bezerros nascidos um era do vaqueiro, o que possibilitava também o seu próprio enriquecimento.

Além disso, era possível conciliá-la com a agricultura de subsistência. Era, portanto, uma atividade que rendia bons lucros para os fazendeiros. O único prejuízo de capital que havia no processo se dava no transporte do gado vivo, o qual perdia muito peso e alguns até morriam antes de chegar ao consumidor final. Como solução a esse problema foram implantadas as charqueadas, nas quais o gado era abatido e a carne processada com a técnica do salgamento. As condições naturais do território cearense, de sol e ventos abundantes, eram propícias à indústria de charque, a qual ganhou notoriedade e fez com que cidades como Icó, na bacia do Salgado, e Aracati, no litoral, assumissem um crescimento significativo para a época. (SILVA, 1994).

A criação de gado foi primordial para o desenvolvimento da cultura algodoeira no Ceará, porque não necessitava de muita mão-de-obra, liberando

tempo para os trabalhadores se dedicarem à agricultura e em contrapartida se beneficiava com os restos das plantações, que serviam de ração animal.

O algodão era considerado uma planta democrática por não demandar muitos investimentos e trabalho durante o seu cultivo, ao mesmo tempo em que permitia a lavoura de subsistência. Percebendo essas vantagens, os fazendeiros logo abriram espaço para o cultivo do algodão por trabalhadores pobres. Do consórcio entre gado e algodão emergiram relações sociais de trabalho como a parceria, a meia e a morada de favor, e, de outro lado, a figura do coronel. (ANDRADE, 1962).

Inicialmente a parceria entre os agricultores e os fazendeiros se dava pela troca entre o uso da terra e os restos da cultura para a alimentação do gado. No entanto, com a valorização do algodão no mercado internacional os proprietários passaram a fazer mais exigências, alguns reclamavam, por exemplo, parte da produção, que geralmente era a metade, outros iam além e cobravam também parte dos gêneros alimentícios produzidos.

A comercialização do algodão era monopolizada. Os camponeses só podiam vender para o proprietário a que estivessem subordinados, pelo preço que eles queriam. A situação era pior para o morador de favor, pois, além de trabalhar nas suas lavouras e pagar renda ao proprietário, tinha como obrigação trabalhar alguns dias da semana, sem remuneração, para o patrão. (ANDRADE, 1962).

O morador de favor e o coronel foram sujeitos históricos fundamentais para a constituição das relações sociais que marcaram a história do sertão. As relações de trabalho estabelecidas excediam em muito o vínculo empregado-patrão. Havia relações de subordinação, mas também de apadrinhamento, de lealdade e de proteção mútua. Isso tornava a questão muito mais complexa, pois mascarava interesses antagônicos.

A dominação do coronel baseava-se em tripla fundamentação: econômica, ideológica e política. A posse de muitas terras e de recursos para investir na propriedade, por sua vez, sustentava a ideologia por parte dos camponeses de que o coronel era um homem bom, que dava a terra para plantar e em troca, o camponês devia-lhe gratidão, respeito e lealdade. O outro pilar de sustentação da dominação tradicional no sertão era o papel político do coronel, que era visto como um homem bem relacionado, que tinha “amizades” com políticos,

com pessoas do judiciário e com mesmo profissionais liberais. Era uma ponte necessária entre o camponês, ignorante, pobre e imerso em exclusões de diversas naturezas e o mundo exterior. (BARREIRA, 1992).

O poder do coronel era bem mais evidenciado nos períodos eleitorais. O voto no sertão era uma moeda de troca para o camponês, esse votava no candidato do patrão, isso a era única coisa que precisava saber sobre o candidato. Barreira (1992), discutindo sobre a dominação tradicional no sertão, coloca que:

Quando um proprietário de terras prometia um número de votos e não conseguia é porque houve “traição” dos seus dependentes. A lógica é crua: maior grau de miséria e dependência dos camponeses, maior grau de certeza no número de votos (p. 34).

Para os coronéis, ser aliado do governo era sempre mais favorável, uma vez que podiam indicar as pessoas de sua confiança para ocupar cargos públicos e se beneficiar economicamente de obras públicas realizadas.

A única ameaça ao coronel era a quebra do poder ideológico exercido sobre os seus subordinados. Caso o coronel se colocasse contra os camponeses, o seu prestígio e sua honra estariam comprometidos. Foi o que aconteceu no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando muitos coronéis cobravam dos camponeses uma renda exorbitante, contrariando o então recém-decretado Estatuto da Terra de 1964.

Em muitos casos, os proprietários agiram com violência, expulsando os camponeses de suas terras. Isso leva a conclusão de que “o que mata um coronel é o próprio exercício de suas funções” (FAORO, 1975 *apud* BARREIRA, 1992, p. 46), pois, quando o coronel usa força física contra os camponeses de sua terra, ele desmonta o curral eleitoral que o mantinha no Poder.

A deterioração da imagem do coronel de “homem bom” com os abusos cometidos contra os camponeses e o respaldo jurídico do Estatuto da Terra foram os fatores que influenciaram os primeiros ensaios da negação de uma ordem estabelecida e incitaram a rebeldia dos camponeses. Foram as ações dos próprios coronéis que os destruíram pouco a pouco, abrindo espaço para que líderes populares, por meio dos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores, adentrassem o cenário político. Apesar disso, muitos coronéis do sertão continuaram a exercer o poder político por meio do poder econômico, o qual sustentava a compra de votos. (BARREIRA, 1992).

Com o acirramento das disputas entre camponeses e proprietários de terra, a partir de 1970, a ação dos agentes mediadores ficou mais evidente e configurou diferentes estratégias de luta, às vezes combinadas, que passaram a ser duramente combatidas pela elite agrária do estado. Duas formas de expressão da luta ganharam maior notoriedade: a luta pelos direitos, geralmente incentivada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; as Romarias da Terra, forma de protesto motivada pela Igreja, através das CEBs.

O papel dos STTRs foi de divulgar os direitos e fiscalizar, cobrando o cumprimento das leis. No entanto, durante a Ditadura Militar o movimento sindical foi barrado pelo governo e os líderes perseguidos, sendo aprovados somente aqueles que não representavam “perigo à ordem”. (DINIZ, 2009).

As CEBs, na maioria das vezes, trabalharam junto aos sindicatos na perspectiva de demonstração de que todos são iguais e têm os mesmos direitos. O papel da igreja na luta pela terra no Ceará foi o de animar os trabalhadores, de fortalecer a fé e a esperança, com o discurso de que Deus faz justiça na terra e que o sofrimento dos camponeses não era fruto da vontade divina e sim da desigualdade social. Dessa forma, ao articular a dimensão sagrada à profana, a religião à política, a Igreja legitimou a organização dos trabalhadores. A partir de então, com o apoio da Igreja e o respaldo do Estatuto da Terra, os camponeses passaram a lutar pela renda justa e por terra de trabalho.

O Estado interviu, no caso da fazenda Japuara, em Canindé, através do INCRA, mediando os conflitos. As desapropriações concedidas foram uma forma de abafar disputas e possíveis revoluções com consequências mais graves e apareceram, para os camponeses, como vitórias das lutas e reclamos. A importância da institucionalização da questão agrária estava no fato de o Estado ser obrigado a agir na legalidade, que embora não tenha representado a realização de todas as reivindicações dos trabalhadores, significou um avanço na conquista dos direitos.

A fazenda supracitada foi a primeira a ser desapropriada no Ceará, em 1971, três anos depois do início do conflito culminado em seis mortes e casas de camponeses destruídas. A partir de então, outros camponeses foram encorajados a lutar contra a expulsão e a renda de 50%.

A atuação do INCRA levou os proprietários de terra a tomarem algumas medidas de precaução, como diminuir ao máximo o número de moradores e proibir

qualquer tipo de benfeitoria, inclusive de lavouras permanentes. No caso do algodão, a variedade arbórea foi substituída pela herbácea.

Na década de 1980, a crise no campo cearense se acentuou, porque as antigas relações de trabalho perderam espaço ao mesmo tempo em que as tentativas de modernização por parte do Estado também não foram bem sucedidas. A seca sofrida no Ceará fez com que a situação ficasse ainda mais insustentável, levando os camponeses a se organizarem e lutarem contra a fome e a miséria em que viviam.

Como resposta, o Estado inaugurou políticas públicas que visavam a realização de uma “reforma agrária” que conformasse os camponeses sem tocar no direito à propriedade. Assim, foram lançados os chamados projetos de contra-reforma agrária ou reforma agrária a favor dos latifundiários.

O precursor desses projetos foi o PROTERRA, lançado em 1971, que tinha por objetivo financiar a compra de terra por camponeses. As principais ações do PROTERRA eram definir áreas prioritárias em cada estado da federação, discriminar as propriedades com área igual ou maior a 1000 ha que não fossem empresa rural, e a partir de então convidar os proprietários a aderirem ao programa, os quais escolheriam a parcela que iriam vender. Oliveira (2005) discutindo sobre a contra-reforma agrária no Ceará coloca que:

A política de colonização implementada com o Proterra, ou a ‘reforma agrária’ para os latifundiários, teve como pressuposto a lógica da transformação da renda capitalizada da terra em capital a ser investido na área urbana. Desse modo, a intervenção do Estado não significou um confronto com as oligarquias locais, baseadas no capital comercial e na propriedade fundiária. Pelo contrário, buscou-se a fusão do velho [setor agrário] com o novo [setor urbano industrial], para, dessa forma, promover um rearranjo das elites tradicionais dominantes. (p. 136).

Dessa forma, é fácil perceber que não houve reforma agrária, mas a possibilidade de um lucrativo negócio para os latifundiários, que com a venda das piores parcelas de seus terrenos puderam levantar capital para investir em outras áreas e consolidar o seu poder econômico. De acordo com Alencar (2005), em doze anos de atuação no Ceará (de 1973 a 1985), o PROTERRA financiou 265 imóveis, com área total de 235.060 ha, beneficiando 2.183 famílias. No entanto, esse resultado na maioria dos casos não foi sinônimo de melhoria na qualidade vida dos camponeses, pois geraram assentamentos sem nenhuma estrutura, sem água e energia.

Diante desse quadro, foi colocada em questão pelos movimentos sociais a urgência de uma reforma agrária de fato, que não privilegiasse políticas compensatórias e paternalistas, mas que fosse um instrumento de desenvolvimento do rural brasileiro. Nesse sentido, foram implantados em 1985 o I PNRA e o I PRRA-CE, já discutidos anteriormente.

Na década de 1990, a política pública para o setor agrário se baseou no fortalecimento do agronegócio, e para os camponeses novamente sobraram as políticas compensatórias. O foco do governo foi a indústria e o turismo, ficando os camponeses à margem das políticas de desenvolvimento. Novamente as políticas de compra e venda de terras foram privilegiadas e projetos de reforma agrária solidária foram implantados em parceria com o Banco Mundial.

A reforma agrária solidária era uma proposta de reforma agrária pacífica, de caráter complementar às desapropriações e com base na lógica do mercado – compra e venda de terras. A partir de 1997, quatro desses programas foram implantados no Ceará, foram eles: Projeto São José, Projeto Cédula da Terra, Programa Banco da Terra e o Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Os quais financiaram a aquisição de 289 imóveis, que correspondem a 0,21% dos imóveis rurais no estado em uma área de 180.714,46 ha ou 1,93% do território rural, atendendo a 4.538 famílias (ALENCAR, 2005).

Sobre os programas de compra e venda de terras no Ceará, Alencar (2005, p. 250), ao discutir as políticas fundiárias nesse estado, constata que “as áreas de maior atuação dos quatro programas localizam-se onde ocorre, também, a concentração de posseiro e de parceiro/arrendatário.” Ou seja, eram áreas que atendiam aos critérios de desapropriação por interesse social.

Na década de 2000, especialmente após 2003, quando foi lançado o II PNRA e II PRRA – Ceará, as políticas de reforma agrária foram voltadas para a melhoria da qualidade dos assentamentos em detrimento da quantidade. Assim, foram avanços desses programas o reconhecimento dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

A questão do acesso a terra ainda tem muito a avançar no Ceará, sendo essa ainda a primeira pauta das discussões dos movimentos camponeses. No entanto, outra frente de luta tem sido a promoção de estratégias de fortalecimento da agricultura camponesa, visando a melhoria da qualidade de vida e aumento da

renda nos assentamentos já conquistados. Tais ações provam que está equivocado o maior argumento dos críticos da reforma agrária, de que os camponeses não teriam competência para se sustentarem na terra. No Ceará, bem como em tantas outras partes do Brasil e da América Latina, estratégias de produção e comercialização agroecológicas e solidárias vem sendo colocadas em prática, a fim de induzir a um desenvolvimento rural sólido e duradouro, respeitando a natureza e as pessoas.



### 3 A Agroecologia como paradigma de desenvolvimento rural

A Agroecologia é um tema que passou a ser discutido com mais ênfase a partir da década de 1970, quando os pacotes tecnológicos da Revolução Verde já demonstravam seus impactos nas lavouras. No entanto, o saber traduzido pela ciência agroecológica “tem a idade da própria agricultura.” (HECHT, 2002, p. 21).

No Brasil, a Agroecologia passou a fazer parte do debate sobre a agricultura na década de 1990, em consequência da necessidade de se vislumbrar uma alternativa diante das críticas feitas pelos movimentos sociais à agricultura convencional e seus impactos ambientais e sociais.

O conhecimento agroecológico produzido atualmente deriva basicamente de duas vertentes, uma chamada de Escola Norte Americana de Agroecologia, representada por Altieri, Gliessman, entre outros, e no Brasil, muito difundida pelos agrônomos, especialmente por Caporal e Costabeber, os quais entendem essa ciência como um campo do conhecimento com princípios e conceitos voltados para a aplicação no desenho e manejo dos agroecossistemas<sup>2</sup>. A outra é a Escola Europeia, seus estudos têm por base as teorias sociológicas do campesinato e seus principais representantes são Gonzáles de Molina, Sevilla Guzmán, Guzmán Casado, entre outros, para os quais o debate agroecológico tende a ser mais amplo e envolver “valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo”. (PÁDUA, 2001 *apud* SCHMITT, 2013, p. 181). Tanto uma quanto outra trazem contribuições válidas sendo, inclusive, complementares, por isso neste trabalho parte-se de princípios e conceitos de ambas.

A proposta da Ciência Agroecológica é reverter gradativamente os efeitos que a Revolução Verde causou no campo, os quais foram muito diferentes das expectativas que antecederam à aplicação dos pacotes tecnológicos nas lavouras.

Os impactos causados pelos agrotóxicos são devastadores tanto na saúde humana, quanto no ambiente. De acordo com Miranda (2007) *apud* Rigotto e Rosa (2012), dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), mostram que “os

---

<sup>2</sup> Agroecossistemas “[...] são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para o consumo e utilização humana. (ALTIERI, 2012. p. 105)”.

biocidas produzem, a cada ano, de 3 [milhões] a 5 milhões de intoxicações agudas no mundo, especialmente em países em desenvolvimento.” (p. 88). A autora alerta também para o fato de que “os trabalhadores são certamente os que entram em contato mais direto, e por mais tempo, com esses produtos [...]” (p.89). Entretanto, é um problema que atinge a toda a população, pois há riscos na ingestão de alimentos com resíduos de agrotóxicos. Apesar das pesquisas demonstrarem a gravidade da questão, o governo parece não estar convencido, já que:

Desde 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos, movimentando 6,62 bilhões de dólares em 2008 para um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos – o que representa 3,7 quilos de agrotóxicos por habitante. (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA A DEFESA AGRÍCOLA, 2009 *apud* RIGOTTO, 2012, p. 87).

Além da degradação ambiental provocada pelos agrotóxicos e fertilizantes químicos, outra grave consequência para a humanidade, e talvez a mais difícil de reverter, é a erosão genética, pois coloca em risco a Soberania Alimentar dos povos.

A indústria de biotecnologia tem utilizado o discurso de que os OGMs, aqui considerados os artificialmente modificados, resolveriam a questão da fome e da subnutrição no terceiro mundo. No entanto, já está provado que a problemática da fome não se deve à falta de alimentos, pois em todo o mundo são produzidos 300 quilos de equivalentes-cereais anuais por habitante, em média, ainda que as necessidades não excedam 200 quilogramas por pessoa e por ano. (DUFUMIER, 2011).

Neste caso, fica evidenciado que a fome é produto da desigual distribuição dos alimentos. Além disso, esconde-se da sociedade o contraditório fato de dois terços das pessoas que passam fome no mundo serem camponesas e ainda de que as populações urbanas que passam fome nas favelas das grandes cidades, na maioria dos casos, são originárias de famílias de camponeses que foram expropriadas. (DUFUMIER, 2011).

Não são apenas os camponeses que padecem com essa situação, o mundo está vivenciando um processo de empobrecimento da dieta alimentar que compromete a saúde humana. Cada vez mais a indústria alimentícia busca dar novos sabores, formas e cores para os mesmos alimentos. Machado (2012) explica que:

Os povos pré-históricos alimentavam-se com mais de 1.500 espécies de plantas, e pelo menos 500 espécies e variedades têm sido cultivadas ao longo da história. Há 150 anos a humanidade se alimentava com o produto de 3 mil espécies vegetais que, em 90% dos países, eram consumidas

localmente. *Hoje, quinze espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – trigo, milho, arroz e soja – respondem por 70% da produção e do consumo mundiais.* Tende-se, assim, a uma perigosa monocultura, e a homogeneidade leva à morte, ao passo que a heterogeneidade, que é o estado dinâmico, é a vida. (MACHADO, 2012, p. 47, grifo nosso).

Os camponeses, os quais produzem a maior parte dos alimentos para o mercado interno, estão perdendo o controle das sementes e, conseqüentemente, a autonomia na escolha do que plantar. As sementes transgênicas provocam a simplificação dos agroecossistemas e os expõem à vulnerabilidade, levando à crise alimentar, que não é fruto da baixa produtividade de alimentos, mas das desigualdades sociais e de equívocos históricos na condução de políticas públicas que não priorizaram o desenvolvimento rural sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável é ambíguo e não há consenso entre os pesquisadores, por isso “partimos de elementos orientadores das ações dirigidas à construção de *contextos de sustentabilidade* compatíveis com a noção de desenvolvimento local agroecológico”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2000. p. 5, grifo nosso). A Agroecologia se coloca como uma solução ideológica, política e técnica para o alcance da sustentabilidade.

A Revolução Verde trouxe de fato um aumento na produção. No entanto, esse aumento veio acompanhado dos desequilíbrios ambientais decorrentes da simplificação dos ecossistemas, da dependência de insumos externos e, principalmente, da exclusão dos camponeses que não têm condições financeiras de arcar com os custos das sementes melhoradas, bem como dos adubos, agrotóxicos e materiais de irrigação necessários ao modelo de produção agrícola imposto.

A Agroecologia tem por princípio a imitação da natureza, ou seja, desenhar e manejar os agroecossistemas de forma a propiciar que as interações ecológicas aconteçam o mais parecido possível com o que aconteceria em um ambiente natural. Com isso, os camponeses conseguem que a própria natureza produza os insumos que a lavoura precisa, conforme explica Altieri:

A Agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos. (ALTIERI, 2012, p. 105).

A proposta da ciência agroecológica é oferecer subsídios para que os camponeses consigam maior grau de autossuficiência dos cultivos. Nesse sentido, os objetivos das técnicas são: aumentar a ciclagem de biomassa; preparar o solo; manejar o microclima (minimizar efeitos do sol e vento); diversificar as espécies; promover processos e serviços ecológicos-chave. Com essas técnicas ganha-se em produtividade, resiliência e estabilidade.

A autossuficiência dos cultivos é uma situação que deriva de um longo processo de cuidados especiais com o agroecossistema e demorará tanto mais quanto mais a área estiver degradada. Por isso, os agroecólogos falam em *transição agroecológica*, porque entendem que é um processo gradual e parte da concepção de mundo do camponês, ou seja, parte da mudança de pensamento.

As estratégias para restaurar a diversidade agrícola no tempo e no espaço são: rotação de culturas, policultivos/consórcios, sistemas agroflorestais, cultivos de cobertura e integração animal ao agroecossistema. Muitas dessas técnicas são de domínio dos camponeses, os quais sempre as praticaram. Daí, a necessidade do diálogo de saberes. Para Altieri (2012):

As espécies e a diversidade genética dos sistemas de agricultura tradicional não são resultado de um processo adaptativo aleatório. Esses agroecossistemas são fruto de um processo coevolutivo complexo entre sistemas naturais e sociais, que originou estratégias engenhosas de apropriação dos ecossistemas. (p. 164).

Percebe-se que cada vez mais se valoriza o conhecimento científico em detrimento do saber local e tradicional. Tenta-se separar o pensar do fazer, cobrando-se muito caro pelo primeiro, como se os camponeses não dispusessem de um conhecimento que foi válido durante toda a história da humanidade. Com isso, torna-se:

Imperativo não mais opor o “tradicional” ao “científico”, mas colocar as competências dos pesquisadores e agrônomos a serviço do acompanhamento atento dos itinerários técnicos e de uma avaliação rigorosa de seus resultados, enquanto os camponeses levam a cabo seus próprios experimentos; e isso sem prejudicar o que será “melhor” para eles! (DUFUMIER, 2011, p.386)

Considerar a diversidade das condições em que os camponeses trabalham é essencial para se pensar maneiras de contribuir para o aperfeiçoamento da produção e conseqüentemente o aumento da renda. O problema da baixa renda para a maioria dos camponeses não é resultado apenas da produtividade, mas de uma série de fatores que devem ser levados em consideração, como a questão

fundiária, qualidade da terra, dependência em relação a comerciantes usurários, oportunidade de emprego e renda em atividades não agrícolas entre outras. Assim, não se pode pensar em “soluções” padronizadas, já que os problemas do campo são muito diversificados e por isso devem ser analisados com todas as suas particularidades.

### **3.1 Transição agroecológica: o caminho para a autonomia camponesa**

*“Hoje a gente tem a consciência de que a maioria das doenças tá na alimentação.” (Z. J. Entrevista I).*

Ao contrário do que é difundido pelos críticos da Agroecologia, essa ciência não prega a volta ao passado e nem se nega aos avanços tecnológicos. Seus princípios baseiam-se na observação realista e minuciosa da natureza, seja pelos camponeses, seja pelos cientistas.

Com base no conhecimento dos mecanismos naturais, são formuladas as técnicas que melhor exploram as potencialidades do ambiente, sem acarretar a degradação do mesmo. É fato que o trabalho pautado no respeito aos ciclos naturais demanda mais tempo do que o trabalho pensado nos moldes capitalistas, em geral mais apressado e focado nos resultados econômicos de curto prazo.

A Agroecologia privilegia os resultados de médio e longo prazo, que são mais duradouros e atinge a um número maior de pessoas, já que a produção de alimentos é um fator-chave no equilíbrio da sociedade e ninguém está imune à crise na produção alimentícia. Por isso, o tema *Soberania Alimentar* não pode ficar restrito aos círculos acadêmicos, pois a sociedade tem o direito de estar devidamente informada e ser capaz de opinar sobre os rumos que os países estão tomando nesse sentido.

A transição agroecológica é, portanto, uma construção social, não podendo ser fruto unicamente de iniciativas externas, mas de ações locais, que devem nascer no seio das comunidades. Não se trata de negar o que vem de fora, mas de acolher o externo no sentido de incorporar o aprendizado de novos saberes, considerando as potencialidades locais. A esse respeito Sevilla Guzmán (2001, p. 41) esclarece que “[...] o endógeno digere o que vem de fora, mediante a adaptação à sua lógica etnoecológica e sociocultural de funcionamento”.

A incorporação de técnicas sejam elas obtidas pela ciência ou por outras culturas não tira a identidade dos agrossistemas locais, o que não pode acontecer é

a padronização, a hegemonia de determinadas técnicas em detrimento de outras. Aliás, o desenvolvimento é resultado desse contínuo processo de aprendizagem e agregação de novas formas de fazer. SCHMITT (2013), discutindo sobre a transição agroecológica e o desenvolvimento rural no caso brasileiro, expõe a complexidade do processo:

[...] a transição para formas sustentáveis de agricultura implica um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflito e negociação entre *distintos atores* (p. 174, grifo nosso).

O conflito entre *distintos* atores colocado pela autora envolve sem dúvida, os camponeses, as pessoas da comunidade, os consumidores e os líderes políticos. Foi percebido nos discursos dos sujeitos investigados neste trabalho que para a maioria dos camponeses que aceitaram experimentar a vivência de um processo de transição agroecológica, o mais difícil foi conviver com as críticas de familiares e de pessoas da comunidade, com a falta de apoio de políticas públicas e com a falta de informação por parte do consumidor.

Em um dos depoimentos pode-se constatar o embate gerado pela iniciativa de promover uma mudança, ainda que pontual: “[...] eu fui muito criticado pelo povo da comunidade, pela família, queriam até arrumar hospital pra mim que eu tava ficando doido, mas isso aí não me impediu em nada.” (Z. J. Entrevista I).

A tentativa de criar novos modos de produzir provoca estranhamento para as pessoas que não estão envolvidas politicamente com a causa. Por isso, o processo de transição agroecológica corresponde a avanços progressivos, partindo da mudança da concepção da relação com a natureza.

Os camponeses tratados neste estudo são na maioria, pessoas engajadas nos movimentos sociais, ou seja, possuem um amadurecimento do discurso sobre formas de desenvolvimento rural que de fato promovam melhoria na qualidade de vida de suas famílias. Assim, a apropriação das técnicas e princípios da Agroecologia, iniciado com o curso de Formação em Agentes Multiplicadores de Agroecologia, foi acontecendo aos poucos, sem o abandono do conhecimento ancestral, no qual muitas vezes a explicação para os fenômenos da natureza ganha uma conotação mítica, conforme se pode observar no depoimento de M. G. P.:

A aula desse professor [do curso de formação] alertou para o que a gente estava fazendo. A gente estava matando noventa espécies para cultivar duas ou três, aí foi que eu me dei conta que as espécies, não são só as

plantas, tem as minhocas, tem as aranhas, tem toda aquela cadeia ali que está fazendo com que a terra não acabe de novo, porque você sabe que o fogo além de matar os insetos também mata o sangue da terra, quando você queima uma terra aquela terra vira areia, então você tirou todo o sangue da terra e foi daí que eu comecei a me interessar mais, a deixar de queimar, a deixar de usar veneno, a respeitar mais o meio ambiente (Entrevista III).

É no confronto dos conhecimentos recém-adquiridos com as explicações mitológicas sobre a natureza que as técnicas agroecológicas ganham sentido para os camponeses, que embora até certo ponto da vida desconhecêssem a Agroecologia, como ciência, recordam o conhecimento que foi lhes repassado ao longo das gerações e deslegitimado pelo discurso da modernidade.

A Agroecologia encontra espaço na agricultura camponesa, porque resgata os ensinamentos ancestrais que os camponeses sempre cultivaram, não negando sua cultura e nem os reduzindo a mão-de-obra da atividade agrícola. A Agroecologia considera que é, especialmente, o camponês o detentor do conhecimento sobre a agricultura e reconhece que as formas de manejo mais degradantes foram impostas pela ciência hegemônica. Portanto, o papel dos agrônomos e demais técnicos não seria o de ditar a melhor forma de produzir, mas acompanhar o camponês nesse processo, compreendendo seus interesses e dando-lhe condições de melhor utilizar o conhecimento que já possuem. Pois, “não foram nem os agrônomos, nem os geneticistas que inventaram a agricultura.” (DUFUMIER, 2011, p. 383).

É ciente disso, que a transição agroecológica é proposta em etapas, nem sempre lineares, as quais consistem em: 1º) manejo integrado de pragas e da fertilidade do solo; 2º) substituição de agroquímicos por insumos ambientalmente benéficos; e 3º) redesenho do agroecossistema, para que o mesmo possa ser autossustentado.

As etapas da transição não necessariamente ocorrem nessa ordem, mas geralmente obedecem a um padrão de substituição gradual de antigas práticas e insumos por outros mais sustentáveis. São os resultados das experiências que vão ditar a velocidade da mudança, pois alguns cultivos podem se adaptar bem sem agrotóxicos, enquanto outros podem ser mais difíceis de serem produzidos.

Sem dúvida, a etapa mais árdua é a inicial, pois o solo, geralmente bastante degradado, demora certo tempo para recuperar a fertilidade natural, o que pode ocasionar a diminuição da produtividade. Em contrapartida, após o período de

estabilização, a produtividade aumenta e conseqüentemente o retorno financeiro também. Os camponeses entrevistados enfatizaram bem esta questão:

O trabalho orgânico é muito lento, tem que ter paciência para colher os resultados, não é colocar hoje e tirar amanhã não. (Z. J. Entrevista I)

A Agroecologia é um passo muito lento para se começar a fazer e as pessoas gostam de dinheiro imediato. Isso precisa do desenrolar de um bom tempo até que a mata cresça de novo, até as plantas atingirem a fase adulta para a gente começar a tirar o fruto. A gente faz um trabalho que é para o resto da vida, então as pessoas acham que está custando e prefere vender diária ou o produto para alguém. (A. M. A. Entrevista V)

A produtividade dos sistemas agrícolas de base agroecológica aumenta conforme a recuperação do agroecossistema, mas também porque nos sistemas agroecológicos é privilegiada a diversidade. Dessa forma, se considerada a produção total é possível perceber maior rendimento do que nas propriedades onde predomina uma única cultura, conforme pontua Altieri:

Considerando a produção total, uma propriedade diversificada produz muito mais alimentos, mesmo se a produção for medida em dólares. Nos Estados Unidos, os dados mostram que propriedades com menos de dois hectares produziram 15.104 dólares/ha e tiveram um lucro líquido de cerca de 7.166 dólares/ha. Já as maiores propriedades, que em média têm 15.581 ha, produziram 249 dólares/ha e tiveram um lucro líquido de cerca de 52 dólares/ha. (ALTIERI, 2012. p. 370)

As propriedades onde dominam os policultivos, em geral, são mais eficientes do ponto de vista econômico e ambiental. Ainda de acordo com Altieri “os policultivos, por exemplo, quando comparados às monoculturas, apresentam maior estabilidade de produção e taxas menores de queda de estabilidade durante a seca (2012, p.170)”. É possível perceber que isso também é constatado pelos camponeses entrevistados, como no depoimento que segue:

Nós brocávamos uma área bem grande para plantar milho, feijão e mandioca. Agora eu trabalho num área de 160 metros de comprimento por 20 de largura, é uma diferença muito grande, e dentro dessa pequena área tem toda essa produção, tem ovo, tem frango, tem banana, tem macaxeira, tem cheiro-verde, tem peixe, tem muito mais variedade, tem cana-de-açúcar, tem uma infinidade de coisas. (M. G. P. Entrevista III)

A variedade na produção repercute na alimentação das famílias camponesas. O autoconsumo é um ganho que não pode ser mensurado, mas sem dúvida, melhora a qualidade de vida e garante a segurança alimentar, como nota-se no depoimento de um camponês sobre as mudanças que a produção agroecológica trouxe para sua vida e de sua família:

Uma delas [das mudanças] é na saúde da família e no hábito alimentar que agora a gente tem mais condição, [...] a gente tem várias plantas medicinais no sítio e a gente estando consumindo saudável até o psicológico da gente



ajuda a dizer que a gente tem saúde, e de outra forma é a quantidade de alimentação que a gente tem, se a gente for dez vezes ao sítio, a gente traz comida dez vezes, na hora que a gente vai para o sítio a gente traz alguma coisa para comer, é diferente de quando a gente comia só quando vinha no mercado levava pra casa... Isso é algumas das mudanças! (A. M. A. Entrevista V).

A segurança alimentar é um fator chave para a permanência do agricultor no campo, sobretudo, do assentado. Dessa forma, a produção agroecológica tem se mostrado uma estratégia viável de consolidação do território camponês, uma vez que proporciona melhores condições de vida e maior vínculo com a terra.

As estratégias desenvolvidas pelos camponeses a fim de conquistarem mais qualidade de vida no campo e mais espaço na sociedade são as mais variadas possíveis e seguem percursos diversos, pois não existe receita pronta a seguir. As iniciativas partem dos anseios da comunidade levando-se em conta as condições materiais de cada uma delas.

No caso dos camponeses entrevistados, as experiências foram colocadas em prática aos poucos, de forma que algumas foram inteiramente abandonadas por se mostrarem inviáveis, outras parcialmente aproveitadas e outras bem sucedidas. Os resultados que se tem hoje são frutos de um longo caminho de experimentação que ainda está em curso. A camponesa M. G. P. relata o percurso vivenciado por ela e outros vizinhos que também fazem parte do grupo de feirantes da FA de Itapipoca:

Nós já passamos por um bocado de coisas aqui, primeiro nós tínhamos uma horta, ali no caminho do rio, junto com outros agricultores. Eu trabalhava ali com banana, mamão, um monte de tipo de fruta, com verdura, lá tinha verdura para vender mesmo, todo dia tinha um vendedor de verdura... Aí, depois de passarmos um tempo lá, fizemos uma horta de planta medicinal lá do outro lado, passamos um tempo com ela lá também, mas não deu certo porque era longe de casa, irrigação mal feita, apareceu um monte de problemas. Depois, quando foi um dia veio um rapaz da Emater-Ce oferecendo um projeto de mandala para cá. Era um projeto pequeno para fazer um tanque e dar aulas para o pessoal daqui da região do semiárido. Era bom aqui porque era mais próximo e de fácil acesso para o pessoal de Fortaleza vim dar as aulas e ia ficar o tanque aqui pra nós, mas o melhor de tudo foi mesmo a aula, porque o tanque a gente pode conseguir comprar, mas a aula é diferente, né? Essa mandala daqui era para seis famílias, mas só que a gente não arranhou as seis famílias, então ficou só eu, minha comadre e o meu irmão. Só que o sistema era muito fraco, a água não dava para todo mundo, aí eu saí e deixei a mandala lá e arrumei um recurso próprio e fiz a minha. (Entrevista III)

Outro desafio que se coloca à disseminação da Agroecologia é que a maioria das experiências é advinda de projetos, muitas vezes de curta duração. Nesse caso, quando o recurso acaba ou quando surgem problemas que não haviam sido pensados na proposta original fica difícil a resolução, pois não há apoio político.

### **3.2 Experiências de produção agroecológica dos camponeses das Feiras Agroecológicas e Solidárias de Itapipoca e de Trairi**

*“Cada planta aqui tem uma história” (M.G.P.)*

As experiências de produção agroecológica entre os feirantes entrevistados surgiram em diferentes contextos. As diferenças de condições naturais, econômicas, de estrutura familiar, de grau de engajamento em movimentos sociais não foram maiores do que o ponto em comum que os uniram: o vínculo com a terra, e derivado disso, a certeza de que é preciso cuidá-la melhor.

As experiências tiveram início mais sistematicamente após o curso de formação em Agentes Multiplicadores de Agroecologia, embora alguns camponeses já utilizassem algumas das técnicas propostas. Esses camponeses já tinham em comum a história de luta pela terra e para permanecer na terra com qualidade de vida. Assim, já estavam convencidos de que a forma como se produz implica a forma como se vive.

No grupo de feirantes investigados, oito são assentados, um proprietário e um mutuário. O tamanho das unidades de produção agroecológica varia entre 0,25 a quatro hectares, nas quais a mão de obra utilizada é predominantemente familiar, sendo contratado pessoal “de fora” para serviços esporádicos, como nos períodos de pico da lavoura. O canal de comercialização mais expressivo é a venda direta nas Feiras Agroecológicas e Solidárias.

As estratégias são variadas uma vez que cada família tem suas especificidades, mas a tecnologia social responsável pela maior parte da produção agroecológica é o quintal produtivo.

O quintal produtivo é um sistema de policultivos, preferencialmente cultivado próximo à residência, sendo, muitas vezes, uma extensão da casa. Por isso, o seu valor simbólico para a família, sobretudo, para as mulheres, que o tem como despensa viva para sua prática cotidiana de preparo dos alimentos. O quintal representa, também, valor econômico por significar tanto segurança alimentar como fonte de renda para a família e valor ecológico, por ser espaço de experimentação de novas práticas e de perpetuação das práticas tradicionais.

Outras tecnologias sociais como a mandala e o PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Solidária) também são empregadas por alguns camponeses.

A mandala é um sistema de produção agrícola, no qual as plantas são cultivadas em círculos concêntricos a uma fonte de água. Nesse sistema, a ideia é buscar o máximo de proveito das interações entre as espécies e maior eficiência do uso da água.

O reservatório de água construído no centro deve servir tanto para a irrigação do sistema como para a criação de peixes, os quais desempenham o papel de produtores de matéria orgânica, enriquecendo, assim, a água que será usada para irrigar as plantas, bem como são outra fonte de renda e alimento para a família. Nesse sistema de produção, a distribuição das culturas nos círculos obedece a critérios de necessidade de água e de mão de obra. Nos primeiros círculos, mais próximos ao tanque, devem ser cultivadas as hortaliças para consumo da família, pois esse tipo de planta necessita de cuidados mais constantes e de mais irrigação; do quarto ao oitavo círculo deve ser cultivado culturas comerciais, como feijão, milho, fruteiras e raízes; e no nono círculo devem ser plantadas espécies que funcionem como cerca viva, desempenhando o papel de proteger a mandala, especialmente do vento e da polinização externa.

Durante os trabalhos de campo, teve-se a oportunidade de conhecer três unidades de produção. Visitou-se o quintal produtivo e o sistema PAIS no Assentamento Várzea do Mundaú, em Trairi, da família dos camponeses Z. J. e F. M; visitou-se também a mandala/quintal produtivo da família da dona M. G. P., no assentamento Novo Horizonte, em Tururu e a Mandala, onde trabalham a família da dona F. e a família do sr. R. P.

No caso da mandala da camponesa M. G. P., no Assentamento Novo Horizonte, o sistema de produção não possui formato circular, tendo em vista as possibilidades do espaço físico da família. O terreno que a família dispunha para fazer a experiência era retangular, medindo 20 metros de largura por 160 metros de comprimento. No entanto, a questão da forma não foi impedimento para que a técnica fosse empregada e obtivesse êxito.

A camponesa M. G. P., conta que a produção foi se dando aos poucos, por meio de muitas experimentações. A partir das suas observações e do resultado de suas experiências, ela descobriu que a proposta da ordem de disposição das plantas nos círculos não era a mais apropriada à sua realidade, pois mesmo tendo construído dois tanques na mandala, onde cria peixes da espécie Tilápia, nem

sempre é possível usar a água dos reservatórios para aguar as plantas, assim ela optou por cultivar bananas na área mais próxima aos tanques, uma cultura comercial (ver figura 02).

FIGURA 02: Mandala no Assentamento Novo Horizonte – Tururu – Ceará



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014)

Ela explica que:

Nem todas as plantas são irrigadas, porque a água é muito limitada, eu tenho dois tanques aqui que tem peixe e aí quando chega a certa altura não pode mais tirar água, se não morre o peixe, aí é muito ruim para plantar verdura e também porque a água é puxada a motor e quando falta energia não tem água, é complicado demais. (Entrevista III)

Apesar da dificuldade de água ressaltada pela camponesa, é válido lembrar que a seca dos últimos anos não tem impedido a produção, conforme se pode observar na figura 02, que em nada lembra o cenário típico de seca vivenciada no Nordeste do Brasil.

Isso demonstra que o camponês não é passivo diante das condições ambientais e nem das novas técnicas que lhes são apresentadas, mas, adapta-as à realidade. Sobre a criatividade e resiliência dos camponeses a fim de resistirem às imposições do Capital, Plog (2009) afirma que:

Uma das características dessas novas formas de resistência, especialmente relevante para a sustentabilidade, é que elas conduzem à busca e à construção de soluções locais para problemas globais. Evitam roteiros prontos. Isso resulta em um rico repertório: a heterogeneidade das muitas

respostas torna-se, assim, também uma força propulsora que induz novos processos de aprendizagem. (PLOG, 20, p. 27)

Não são apenas as condições ambientais, como solo, vegetação e recursos hídricos que ditam as possibilidades de produção, mas também a estrutura familiar, pois condiciona a disponibilidade de mão-de-obra. A respeito da organização do trabalho na mandala, M. G. P. conta ainda que é preciso adaptar a produção agroecológica às possibilidades da força de trabalho da família, já que no seu caso é reduzida, então ela elimina as técnicas que demandam mais esforço:

O certo do projeto onde nós estudamos era pra alimentar também os peixes com os restos de plantas da mandala, mas como o tempo é pouco a gente compra a ração e bota pra eles, porque já tem também as galinhas que eu preciso tá todo dia atrás de mato pra botar no chiqueiro, aqui mesmo [nos tanques] eu só boto mais a ração comprada, difícil eu botar um mato pra eles... A gente também cata as lagartas já que a gente não pulveriza, aí bota e eles comem, comem folhas de couve, coisas assim, eles se alimentam também da flor das bananeiras [que caem no tanque], as galinhas se alimentam com ração comprada e também com as coisas da mandala, as folhas, restos de comida, por exemplo, ontem eu arranquei macaxeira para fazer os bolos e levar para a feira, e o que sobrou, eu cozinhei e botei pra elas também, é assim aqui, não vai nada pro lixo. (Entrevista III)

A camponesa demonstra que existe uma integração das atividades de produção realizadas na mandala, onde uma complementa a outra e todo recurso é aproveitado: “não vai nada pro lixo”. Apesar disso, reconhece que nem sempre é possível realizar o trabalho do jeito “certo do projeto”, em virtude da insuficiência de mão-de-obra familiar, sendo preciso introduzir energia externa ao agroecossistema, “a ração comprada”, no caso.

Na mandala da família, além da criação de peixes, há criação de aves, cultivo de plantas ornamentais, medicinais, hortaliças e frutas (ver figuras 03 e 04). A diversificação garante alimentos de qualidade para o abastecimento da mesa da família e da feira agroecológica.

FIGURA 03: Plantas ornamentais na mandala de M. G. P.



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014).

FIGURA 04: Criação de galinha na mandala de M. G. P.



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014).

A variedade de plantas cultivadas garante além de serviços ecológicos, como o aumento da biomassa, maior segurança econômica, especialmente, em tempos de estiagem. As plantas ornamentais, mostradas acima, são comercializadas na feira em vasos e juntamente com a venda de galinha caipira abatida representam a maior parte da renda obtida na feira.

O estágio de transição agroecológica vivenciado pela família em questão, mostra que muitos avanços já foram alcançados como o aumento da fertilidade do solo e a capacidade de retenção de água por mais tempo. M. G. P. mostra uma das técnicas que aprendeu em um curso e adaptou com sucesso ao seu quintal, conforme seu depoimento:

Você vê aqui que nós estamos num alto, mas olha o tamanho dos cachos de banana, isso é porque eu pago um rapaz para cavar um meio metro ou menos, uns trinta centímetros, aí eu pego o resto da bananeira, o resto do milho, todos esses restos a gente pega junto com casca de coco, enche a vala, quando a vala tá cheia eu cubro e faço os canteiros em cima. Esse sistema não era nem pra nós, era lá pra o semiárido, mas o sistema é tão bom que eu adotei aqui. Qualquer canto que você fizer o canteiro desse jeito ele vai dar certo. (M. G. P., entrevista III)

A técnica que a camponesa está se referindo diz respeito ao aumento da quantidade de nutrientes do solo e, conseqüentemente, de sua fertilidade. Esse tipo de manejo do solo favorece a saúde da planta, que por sua vez, fica mais resistente às pragas e doenças, diminuindo ou eliminando a necessidade de agrotóxicos. (LUNA, 1988 *apud* ALTIERI, 2012).

Um dos maiores desafios da produção é, sem dúvida, em relação ao combate às pragas, M. G. P. conta que reduziu o uso de agrotóxicos a quase zero, mas que, infelizmente, algumas culturas ainda são muito difíceis de produzir sem o uso de algum tipo de veneno, como no caso do pimentão:

O único veneno que a gente ainda usa quando elas (as pragas) não deixam mesmo produzir é a isca pra formiga de roça, porque ela mata uma plantação bem ligeirinho. A gente sabe que não é certo, mas a gente não pode ser agroecológico de verdade porque se não ela não deixa a gente produzir nada, mas eu só uso em último recurso. Eu tendo como combater ela, eu boto a folha de nim<sup>3</sup> pra ela carregar. (entrevista III).

Esse fato representa uma contradição no discurso da entrevistada e também em relação ao regimento da feira. Nos depoimentos dos outros camponeses não houve relatos de uso de agrotóxico em nenhum caso, nem ficou

---

<sup>3</sup> Planta de nome científico *Azadirachta Indica A Juss.* A folha de nim é um repelente natural de vários insetos.

claro se o produto no qual o agrotóxico é utilizado é levado para feira. Dois fatores contribuem para que esse tipo de situação ocorra. O primeiro é a falta de assistência técnica regular e o outro é a ausência de mecanismos de fiscalização. Contudo, é bom lembrar que a transição agroecológica é:

[...] um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a outro modelo ou estilo de agricultura que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 12).

Notou-se durante as entrevistas que a negação dos agrotóxicos é um ponto que aparece nos discursos dos produtores e dos consumidores como o que caracteriza a agroecologia. Esse é o argumento mais usado para o convencimento dos clientes nas feiras. Além da questão do uso do agrotóxico, outra ação que para os camponeses os identifica com a Agroecologia é não fazer uso de queimadas, nem para limpar o terreno, nem para preparar o solo.

M. G. P. conta que mesmo depois de começar a cultivar a terra com base nos princípios da agroecologia, realizava duas vezes por ano a queima do lixo, já que em sua comunidade não há coleta de lixo, mas que mesmo assim tinha prejuízos em relação às plantas. Ela conta que:

A partir do dia em que eu queimei um lixo e sapecou um pé de carambola, que eu quase chorei, aí o meu genro chegou e me orientou como eu deveria fazer: a senhora vai pegar e vai separar o lixo, pega tudo que não serve pra nada, bota dentro de um tambor, quando o tambor encher num certo lugar a senhora bota fogo, porque aí você vai estragar só o lugar onde está o tambor, a senhora vai queimar menos produto de uma vez e não vai acabar com o seu quintal. (entrevista III).

O processo de transição agroecológica vai se delineando, na medida em que se incorporam os aprendizados e as experiências com seus erros e acertos e se aceita as mudanças. Tentar algo diferente do que faz a maioria das pessoas é sempre um ato de rebeldia e um risco que se corre, porém com persistência e com a humildade de se deixar guiar pelos ensinamentos da natureza é possível fazer algo novo e melhor, como conta o camponês Z. J. , que depois da oportunidade do curso de formação e de visitas de intercâmbio passou a acreditar que poderia mudar a sua vida e de sua família produzindo de outra maneira.

A família do senhor Z. J. possui uma área de produção agroecológica que conta com um quintal produtivo e com o sistema PAIS. O PAIS traz o mesmo princípio da mandala, sendo mais adaptável ao semiárido, pois no centro é



construído um galinheiro, em vez do tanque de água, a fim de se obter fonte de proteína e de renda para a família, além de produzir o adubo para as plantas.

No PAIS a irrigação se dá por gotejamento, cuja fonte é uma caixa d'água localizada a uma altura de três metros. A irrigação por gotejamento economiza água e energia e reduz o trabalho do camponês com irrigação manual.

Apesar das diferenças de forma e técnica dessas tecnologias sociais, os princípios da produção agroecológica são os mesmos nos sistemas agrícolas quintal produtivo, PAIS e mandala, podendo, inclusive, ser complementares e cultivados na mesma área, como no caso do camponês Z. J. que implantou o sistema de produção PAIS dentro do quintal produtivo, conforme se pode ver na figura 05:

FIGURA 05: PAIS dentro do Quintal produtivo – Assentamento Várzea do Mundaú



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014)

A forma de círculo permite melhor integração entre galinheiro e horta, melhor visualização do sistema como um todo, mesma distancia do galinheiro a todos os pontos de um mesmo círculo e maior aproveitamento do terreno.

Na ocasião do trabalho de campo realizado na área de produção do Z. J. , a plantação das hortaliças para comercialização, estava temporariamente suspensa em virtude dos efeitos da estiagem, como se pode ver nas figuras 06 e 07. O sistema de irrigação feito a partir de garrafas PET mostra soluções acessíveis aos

camponeses para melhorar a produção, que embora não estivesse ativada por falta d'água, demonstram as alternativas buscadas.

FIGURA 06: Irrigação de hortaliças no Assentamento Várzea do Mundaú



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014)

FIGURA 07: Efeito da estiagem na produção de hortaliças no Assentamento Várzea do Mundaú



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014)

Apesar de a estiagem causar a impossibilidade de irrigação dos cultivos das hortaliças, a produção do quintal não fica completamente comprometida, pois a renda é extraída de outras culturas. Assim, fica evidente a importância da diversidade. No caso da família do camponês supracitado, ela continua cultivando hortaliças em menor proporção para o consumo doméstico.

Esse tipo de sistema agrícola revela o valor da diversidade para a segurança alimentar e econômica da família. O camponês Z. J. conta que diversifica a produção com outras atividades, como a apicultura, por exemplo. Ele afirma que:

O mel é o que traz mais renda [...] Eu vendo na comunidade e para fora, eu recebo muito encomenda do pessoal do Rio de Janeiro e de São Paulo. [a produção] depende do inverno, depende da florada, quando o inverno é bom a gente consegue tirar 300 litros de mel por ano ou até mais. (entrevista I).

Além da produção de mel de abelha Italiana, o Sr. Z. J. produz mel de abelha Jandaíra (ver figura 08), uma espécie mais rara que produz um mel muito valorizado no mercado. Ele também comercializa mudas de plantas nativas (ver figura 09) para um projeto de reflorestação, patrocinado pela Petrobrás, com isso consegue manter sua renda estável mesmo em período de seca.

FIGURA 08: Produção de mel de abelhas Jandaíra no Assentamento Várzea do Mundaú



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014)

FIGURA 09: Produção de mudas de espécies nativas no Assentamento Várzea do Mundaú



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014)

Além das hortaliças e da produção de mudas, o quintal da família conta com inúmeras espécies de fruteiras como mamão, acerola, abacaxi, ata, goiaba, uva, entre outras; espécies de plantas ornamentais e de plantas medicinais; e com espécies de raízes que representam a cultura local como a macaxeira. O quintal conta também com a criação de galinhas caipiras. O que não é utilizado para a alimentação da família é levado para as feiras agroecológicas e solidárias de Itapipoca e de Trairi.

O trabalho é dividido entre o casal e uma filha, a única de seis filhos que reside no assentamento. A produção agroecológica, abre a possibilidade de manter os mais jovens na atividade agrícola, uma vez que a maioria deles migra para as grandes cidades em busca de emprego.

Sobre o cuidado com os cultivos, o camponês conta que sempre se preocupa com a saúde do solo, pois sabe bem que a vitalidade da planta depende disso, portanto procura sempre manter o solo coberto com matéria orgânica (ver

figura 10), como serapilheira e esterco de gado.

FIGURA 10 - Camponês recobrimdo o solo de matéria orgânica



Fonte: BATISTA, M. A. S. (2014)

Na ocasião do trabalho de campo realizado, Z. J. mostrou a matéria orgânica acumulada no seu quintal e fez questão de explicar sobre a importância daqueles restos de plantas para o equilíbrio do agroecossistema:

Isso aqui é composto, porque aqui ninguém queima. Aqui fica se decompondo e quando é no tempo de plantar, eu pego e tiro esse aqui de cima e esse aqui de baixo e cubro os canteiros de produção. Em vez de comprar outra coisa, a gente usa daqui mesmo. Aqui a gente aproveita tudo ou quase tudo, a casca da castanha também serve de adubo. Por isso, que sempre eu digo que a natureza é rica, e a gente não sabe de onde é que vem. A natureza de tudo ela quer lhe dar, mas você que não sabe receber. Uma coisa que a natureza quer receber é a vida, você não queira saber quantos insetos não tem aqui de baixo, quantas vidas não tem aqui, aí eu toco fogo quantas vidas eu não eliminei? Quer dizer que esse ano eu toquei fogo, aí tá tudo bonitinho tal e tal, esse solo tá rico de cinzas, mas tá pobre de solo, no primeiro ano tá tudo bem, mas no próximo ano que eu plantar não dá mais. (Z. J., entrevista III)

O depoimento do camponês revela uma lição importante na qual se baseia a Agroecologia: a natureza possui mecanismos eficientes de geração da vida e equilíbrio da biodiversidade. É preciso compreendê-los e se convencer de que não se pode intervir em todos os processos, mas que é possível extrair o melhor que terra tem a oferecer com um manejo racional dos recursos naturais. É isso que tem

mostrado as experiências de produção agroecológica empreendidas pelos camponeses investigados.

#### **4 A FEIRA AGROECOLÓGICA COMO ALTERNATIVA PARA PRODUTORES E CONSUMIDORES**

As feiras agroecológicas têm apresentado contribuições no fortalecimento do campesinato em diferentes estados do Brasil. Dentre os canais de comercialização de circuitos curtos, as FA constituem-se em uma significativa fonte de renda para os camponeses e representam, na maioria dos casos, a forma mais simples e barata de se colocarem no mercado.

As FA são muito mais que simples canais de comercialização, elas são uma ferramenta de consolidação do território camponês, pois viabilizam a permanência do pequeno produtor no campo e, conseqüentemente, a reprodução material e cultural das sociedades camponesas. Elas são também espaços políticos de negação da lógica hegemônica de produção e comércio, constituindo-se em uma demonstração de que outro mercado é possível, um mercado no qual as relações econômicas são apenas uma parte de relações sociais maiores.

O principal papel das feiras agroecológicas é eliminar a dependência de atravessadores, fazendo com que os produtores percebam uma maior retribuição financeira sobre os frutos do seu trabalho. Essas feiras são também uma alternativa para os consumidores que buscam produtos livres de agrotóxicos sem precisarem pagar os preços abusivos dos produtos orgânicos, os quais obedecem à lógica de produção do Agronegócio.

Cada vez mais aumenta a preocupação da sociedade em consumir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos. O crescimento do mercado mundial de orgânicos, desde a década de 90 do século passado, atingiu taxas entre 15% e 20% ao ano, enquanto o mercado convencional de alimentos cresceu a taxas de 4 a 5%, no mesmo período (SCIALABBA, 2005; DE SCHUTTER, 2010 *apud* NIERDELE, ALMEIDA, 2013).

A tendência de crescimento do mercado de produtos orgânicos não se deve a nenhum modismo, muito longe disso, a preocupação dos consumidores tem base em várias pesquisas científicas sobre os riscos que os agrotóxicos e transgênicos causam à saúde humana e ao meio ambiente.

Uma pesquisa de grande repercussão sobre o tema é a da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que publica anualmente um relatório do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). No relatório referente aos anos de 2011 e 2012, a pesquisa obteve resultados

preocupantes sobre os índices de contaminação dos alimentos mais consumidos no Brasil.

De acordo com dados do relatório, 36% e 29% das amostras de 2011 e de 2012, respectivamente, apresentaram irregularidades, seja pela quantidade de substâncias acima da permitida seja pela presença de substâncias não permitidas ou ainda não regularizadas no Brasil. A partir dos parâmetros: **a)** amostras com ingredientes ativos não autorizados (NA – Não Autorizado); **b)** amostras com ingredientes ativos autorizados, mas em quantidade acima da permitida (>LMR – Limite Máximo de Resíduo); **c)** amostras com as duas irregularidades (NA e >LMR), a pesquisa revelou que:

[...] o maior índice de irregularidade nas amostras analisadas é ocasionado pela presença de agrotóxico não autorizado para cultura. Os agrotóxicos não autorizados para a cultura correspondem as seguintes situações: ingrediente ativo com registro para outras culturas e não autorizada para a cultura monitorada, **ou ingrediente ativo banido ou sem nunca ter tido registro no país.** (ANVISA, 2013, p. 20, grifo nosso).

Os dados obtidos revelam claramente que a população corre riscos consumindo alimentos com quantidades e tipos diversos de agrotóxicos. Os resultados da pesquisa em tela podem ainda não revelar completamente a gravidade da situação, já que os índices permitidos de agrotóxicos nos alimentos são questionáveis. Segundo Rigotto (2011), embora os estudos da ANVISA sejam válidos na compreensão do problema, eles não são suficientes porque não demonstram o quê e em que medida esses venenos causam na saúde humana. Além disso, a professora e pesquisadora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, alerta que:

[...] a gente não acredita que os limites estabelecidos na Legislação sejam seguros realmente, outro problema é que a gente já conhece um pouco do que cada um desses venenos causa na saúde, mas nós temos uma mistura de venenos e o que essa química faz lá dentro de nós, a ciência não sabe responder, esse é um problema complexo demais. (*informação verbal*<sup>4</sup>).

Embora a busca por alimentos “limpos” tenha aumentado nos diversos estados brasileiros, ela esbarra no forte obstáculo do custo, em geral muito mais alto que o dos alimentos convencionais. Além do custo, o acesso aos produtos orgânicos ainda é difícil, tendo em vista o burocrático processo de certificação que garante a segurança para consumidores e produtores.

---

<sup>4</sup> Informação fornecida por Raquel Rigotto em palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia em Fortaleza, 2011.



Uma pesquisa do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), publicada em 2010, revelou que 74% dos entrevistados comprariam orgânicos se fosse mais barato e 20% se as feiras especializadas fossem mais próximas. A pesquisa revelou ainda que as feiras especializadas são os pontos de venda onde os produtos são mais acessíveis, chegando a diferenças de preço da ordem 463% para um mesmo produto em relação a supermercados.

No entanto, de acordo com Kluth *et al* (2011) *apud* Darolt (2013, p. 140) “no Brasil a maioria dos consumidores dos produtos orgânicos compra em supermercado, mas uma boa parte complementa suas compras em pequenos varejos (42% compra em lojas especializadas e 35 % nas feiras)”.

É importante frisar também que embora os orgânicos sejam produtos mais seguros para a saúde existe diferença em relação aos produtos agroecológicos. O conceito de Agroecologia é muito mais amplo e transcende a questão dos insumos artificiais, refere-se também a processos que são balizados pela justiça social, em todas as etapas, desde as relações de trabalho na produção até a comercialização.

No ponto inicial da cadeia de comercialização de produtos agroecológicos está o camponês, que muitas vezes encontra dificuldades de inserção no mercado por falta de apoio de políticas públicas de acesso a crédito para investimentos e conseqüentemente enfrenta dificuldades para incrementar a produção. Além disso, sofre com a falta de transporte e com a burocratização e o alto custo do processo de certificação.

Dessa forma, a maneira mais fácil e eficiente desses camponeses se inserirem no mercado são os circuitos curtos de comercialização, entre eles a feira, que se caracterizam pela presença de no máximo um atravessador entre o produtor e o consumidor final.

Há uma variedade de alternativas de canais de comercialização para os produtos agroecológicos, cada um com diferentes tipos de imposições ao camponês, como escala de produção, diversificação dos produtos, qualidade, preços baixos, regularidade. Cabe aos produtores desenvolverem a melhor estratégia de comercialização de acordo com as suas possibilidades, que pode ser a combinação de vários desses canais. Pode-se destacar os seguintes canais de comercialização de circuitos curtos:

- \* Venda direta na propriedade;
- \* Feiras do produtor;
- \* Lojas especializadas;
- \* Vendas em bares, restaurantes e hotéis;
- \* Venda porta a porta;
- \* Venda em beira de estrada;
- \* Venda a mercados institucionais (programas do governo como o PAA- Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar).

A comercialização por circuitos curtos tem como uma das principais vantagens o baixo custo tanto para o produtor quanto para o consumidor. Além disso, o tempo entre o momento da colheita dos alimentos e a disponibilidade para o consumidor final é reduzido, se comparado aos circuitos longos. Isso diminui os riscos de contaminação, evita o desperdício e dispensa o uso de conservantes. Portanto, esse tipo de circuito é mais sustentável, porque reduz o consumo de energia necessária ao transporte de mercadorias, bem como a necessidade de embalagens mais resistentes e também mais degradantes ambientalmente (DAROLT, 2013).

As oportunidades e dificuldades, em geral, da comercialização por circuitos curtos, tanto para o produtor quanto para o consumidor, foram sistematizadas por Darolt (2013) nos quadros 2 e 3 a seguir:

QUADRO 02 - Oportunidades e dificuldades para o consumidor

ATORES	OPORTUNIDADES	DIFICULDADES
CONSUMIDOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Proximidade com o produtor (conhecimento da origem e local de produção);</li> <li>* Oferta de alimentos da estação e da região;</li> <li>* Acesso a produtos com qualidade de origem, transparência e preços justos;</li> <li>* Aprendizado de novas receitas pelo contato direto com outros clientes e produtores;</li> <li>* Educação para o consumo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Necessita de maior disponibilidade de tempo para a compra; horários pré-determinados e dificuldades de compras com intempéries climáticas (feiras ao ar livre);</li> <li>* Oferta de alguns produtos (tomate, por exemplo) pode ser limitada e</li> </ul>

	<p>(menor uso de embalagens, compra local, reciclagem de materiais);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Ajudar na manutenção da agricultura familiar e preservação ambiental.</li> </ul>	<p>concentrada em épocas, conforme a sazonalidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Preços um pouco mais elevados do que convencionais para determinados produtos;</li> <li>* Falta de diversidade, sobretudo para produtos animais e derivados.</li> </ul>
--	--	---

FONTE: DAROLT (2013, p. 164)

Além das oportunidades destacadas por Darolt (2013), pode-se frisar que o consumidor tem nesse tipo de circuito um atendimento personalizado, permeado por relações de confiança e lealdade, ou seja, são estabelecidas relações de amizade, são constituídos laços que transcendem as relações econômicas.

É principalmente nesse circuito que os consumidores, na maioria dos casos, dispensam os selos de certificação, porque a garantia do produto está na palavra do produtor, na relação de confiança criada através do comércio face a face.

A palavra “confiança” foi a que mais apareceu nos discursos dos consumidores entrevistados durante os trabalhos de campo. Uma consumidora da FA de Itapipoca explicou os motivos que a levam a comprar na referida feira: “[...] por causa da confiança, tanto no produto, quanto no produtor. A gente confia em como é produzido (entrevista IV)”. Outra consumidora corrobora alegando que:

Aqui [o produto] é mais cuidado, mais limpo, por exemplo, tem um produto que eu só compro aqui, que é a galinha caipira, porque eu sei onde ela é criada e eu não corro o risco de ela ter nada, eu sei a origem dela. Para mim, a questão da origem é muito importante. Se eu for comprar cheiro-verde eu pergunto: qual é a origem? Se for produzido aqui [na cidade de Itapipoca] eu sei que eu não posso comprar, mas se for lá da serra do Escalvado, eu sei que posso usar tranquila, porque eu confio em como é plantado, cuidado. (Consumidora da FA de Itapipoca, entrevista II).

A questão da facilidade de acesso a produtos saudáveis, como coloca Darolt (2013), também é levantada pelos consumidores da FA de Itapipoca. Para eles o aspecto que associado à confiança determina a decisão de compra é a sanidade dos produtos, que a maioria dos entrevistados acredita ser o agroecológico a melhor escolha. Em conversa com um consumidor, ele afirmou que: “eu prefiro os produtos agroecológicos porque são mais saudáveis, eu sei que é um pouco mais

caro, mas compensa pela qualidade de produto (Consumidora da FA de Itapipoca, entrevista IV)”. A qualidade alegada pelos consumidores passa pela ausência de agrotóxicos e não pela aparência dos produtos. Outro consumidor expõe seu ponto de vista da seguinte forma:

Eu compro aqui desde quando começou, ainda compro também na feira convencional porque a frequência deles não é tão boa. É só de quinze em quinze dias, então eu compro uma semana aqui e na outra na feira convencional, mas os produtos daqui a gente confia muito na qualidade, são sempre novinhos, sem agrotóxicos, a gente come sem medo, é mais saudável. (Consumidor da FA de Itapipoca, entrevista IV)

Sobre um dos pontos negativos desse canal de comercialização citado por Darolt (2013) e que aparece no depoimento do consumidor transcrito acima está a frequência da disponibilidade de produtos, que nos caso das FA estudadas é de quinze em quinze dias, impossibilitando que o consumidor consiga abastecer sua residência só com os produtos agroecológicos. Outro aspecto negativo ou limitado citado pelos consumidores foi a pouca variedade de produtos:

Aqui a gente tem poucas opções, em pouca quantidade. Lá no supermercado os produtos chamam mais atenção, porque são bem arrumados, por exemplo, o tomate é aquele tomate bonito, mesmo a gente sabendo que não é saudável como o daqui. As frutas são mais selecionadas, né? Eles chamam muita atenção nisso aí... Isso faz as pessoas comprarem mais no supermercado. (Consumidora FA de Itapipoca, entrevista IV)

Pode-se perceber no discurso da consumidora acima que ainda existe um conflito entre como apreender a qualidade do produto. Embora a consumidora credite o adjetivo “saudável” aos produtos agroecológicos, ela ainda coloca que os produtos convencionais como “bonitos” e “selecionados”. Isso se deve ao fato de que os consumidores também estão em “fase de transição”. Ainda falta discussão e diálogo com a sociedade, para que as pessoas possam escolher o seu modo de consumo mais conscientemente. Nesse sentido, as feiras agroecológicas muito contribuem, pois são um espaço propício para esse diálogo.

É através dessa experiência que o consumidor passa também a ser um divulgador, um disseminador de hábitos de alimentação saudáveis e consumo responsável, tendendo a incentivar outras pessoas da família e da vizinhança a irem para a feira ou a participarem de qualquer outro canal que possibilite essa proximidade com o produtor.

Os consumidores, peças-chave no mercado capitalista, não são seres passivos, nem tampouco saem ilesos dos abusos das relações comerciais desse modo de produção. Entendendo a importância do seu papel para a transformação dessas relações, e conseqüentemente, para os rumos da sociedade, é que muitos consumidores têm buscado o contato com os produtores de alimentos orgânicos por necessidade de orientar politicamente o seu consumo, buscam isso individualmente ou por meio dos grupos de consumidores, um movimento cada vez mais crescente no Brasil.

No caso das FA estudadas neste trabalho, o movimento foi inverso ao que acontece na maioria das capitais brasileiras, onde a demanda de consumo induz a prática dos produtores. Por aqui, a iniciativa partiu dos produtores e teve que contar com resiliência e perseverança para superar as dificuldades iniciais, especialmente, o convencimento dos clientes, constituindo, portanto, um trabalho de militância política.

Nos circuitos curtos, os produtores são motivados a comercializar não só pela renda gerada, mas também por uma filosofia de vida, por acreditar no que fazem. Essa é uma das diferenças em relação aos circuitos longos, como as redes de supermercados, nos quais a comercialização de produtos orgânicos se dá em função da demanda de um nicho de mercado.

Para o produtor, além das oportunidades demonstradas no quadro a seguir (quadro 03), há o aprendizado da troca de informações com os consumidores e até incorporação de hábitos alimentares, como o consumo de hortaliças e de novas receitas.

QUADRO 03 - Oportunidades e dificuldades para o produtor

ATORES	OPORTUNIDADES	DIFICULDADES
PRODUTOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Maior margem de lucro e recebimento do dinheiro no ato da entrega;</li> <li>* Reforça a ligação com o consumidor pelo contato direto;</li> <li>* Diversificação de produtos que permite a diminuição dos riscos;</li> <li>* No caso de cestas e grupos organizados, há garantia de venda de toda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Falta de mão de obra especializada e tempo para a produção;</li> <li>* Necessidade de múltiplas competências para a gestão do processo de produção, transformação e comercialização (agricultores são preparados mais para a produção que para a venda);</li> </ul>

	<p>a mercadoria;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Autonomia de trabalho e maior independência financeira (por receber a maior parte do dinheiro no curto prazo e formar uma carteira de consumidores fidelizados);</li> <li>* Redução do risco de comercialização pela possibilidade de diversificar e combinar canais de venda;</li> <li>* Valorização de espécies de plantas (sementes crioulas) e animais locais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Necessidade de investimento em infraestrutura de transformação e treinamento de pessoal para a venda direta;</li> <li>* Maior investimento em logística (transporte refrigerado, equipamento para vendas em feiras, informatização);</li> <li>* Regras restritivas da Vigilância Sanitária;</li> <li>* Complexidade no planejamento da produção, pela grande diversidade.</li> </ul>
--	---	---

FONTE: DAROLT (2013, p. 163)

A oportunidade mais recorrente nos discursos dos entrevistados foi a possibilidade de suprimir o atravessador e com isso aumentar o ganho por produto. A fala de uma das feirantes ilustra bem essa constatação:

Como não tem atravessador, a gente vende direto pro consumidor... esse é o objetivo da rede, do grupo dos feirantes, e também é combinado dentro das reuniões [...] o que o atravessador ia ganhar quem tá ganhando é o agricultor e o consumidor. (M. G. P., entrevista III).

Como dificuldade, um dos problemas apontado na fala dos camponeses foi a questão do transporte. A alegação é de que nem sempre eles têm condições de levar tudo que poderiam. Os produtos são levados para a feira em caminhões pau-de-arara (ver figura 11) ou carro próprio, no caso de um dos produtores, que dá carona a outro que mora próximo. De acordo com um técnico do CETRA, a Rede, chegou a cogitar a possibilidade de comprar um carro para fazer o transporte dos produtos, mas a proposta logo foi questionada quanto a viabilidade, tendo em vista a dificuldade de gestão de um bem coletivo e também a distância entre uma área de produção e outra.

FIGURA 11: O transporte dos camponeses e dos produtos até a feira de Itapipoca



Fonte: BATISTA, M. A. S. 2013.

Os camponeses que transportam seus produtos em carros coletivos tem um custo de, em média, dez reais por pessoa, por feira. Além dos custos com o transporte, os feirantes contribuem com um valor simbólico, de três reais, para o Fundo de Feira, que é uma reserva para a manutenção da estrutura física ou qualquer melhoria que seja do interesse de todo o grupo. Se caso acontecer de algum feirante não conseguir vender nada, o valor da contribuição é dispensado.

A combinação de diversos canais de comercialização possibilita um melhor escoamento da produção, onde as dificuldades de um são minimizadas pelas potencialidades de outro. As principais formas de comércio utilizadas pelos camponeses investigados são venda direta na propriedade, venda porta-a-porta e a venda nas Feiras Agroecológicas, as quais representam a maior parte da renda proveniente da comercialização dos produtos agrícolas.

#### **4.1 Feira Agroecológica: uma estratégia de construção da Soberania Alimentar**

No estado do Ceará, as feiras agroecológicas apresentam-se ainda como iniciativas tímidas da sociedade civil organizada. De acordo com a Rede de Agricultores Agroecológicos do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, existem,

nesse território, cinco feiras agroecológicas em funcionamento, sendo as feiras de Itapipoca, Trairi, Tururu<sup>5</sup>, Apuiarés<sup>6</sup> e Paracuru. Todas essas feiras são apoiadas pelo CETRA, que realiza trabalhos de assistência aos camponeses desde 1978, quando assessorava a luta pela terra e pelos direitos do trabalhador. Atualmente, a instituição realiza ações junto a ONGs e ao governo para o fortalecimento da agricultura camponesa e agroecológica.

O modelo hegemônico de produção no campo já se revelou há muito tempo insustentável, tanto do ponto de vista ambiental, como econômico e cultural. É na contramão deste modelo que está a agricultura camponesa, que embora se relacione com a agricultura capitalista, é oposta a ela.

A agricultura camponesa tem suas bases no trabalho familiar, na relação com a terra, nas relações de parentesco e vizinhança, na reciprocidade e ajuda mútua. O conceito de agricultura camponesa difere do de agricultura familiar, embora seja um tipo dela, se distingue na forma como os resultados do trabalho são apropriados. Na primeira, o trabalho não depende de capitais externos e a renda gerada não é mais-valia, porque não foi obtida a partir da exploração de trabalho de outrem. Os resultados do trabalho estão direcionados ao sustento da família, à reprodução material e cultural da unidade familiar. (MARTINS, 1981).

Com base nos preceitos da agricultura camponesa, a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. Pois, é uma ciência que incorpora conhecimentos de vários outros campos, inclusive o saber popular, permitindo, assim uma visão holística da realidade agrária, visando ao verdadeiro desenvolvimento rural. (CAPORAL, COSTABER, 2006).

A questão do desenvolvimento rural não tem a ver apenas com problemas tecnológicos, como outrora havia se pensado e como até hoje é difundido pelo discurso oficial. O desenvolvimento rural enseja mudanças, não só nas técnicas, mas nas relações sociais, porque:

Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não-sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma

---

<sup>5</sup> A Feira Agroecológica e Solidária de Tururu é realizada pelos mesmos feirantes/agricultores das feiras de Itapipoca e Trairi, os quais optaram, no segundo semestre de 2013, por suspenderem temporariamente esta feira, em razão da diminuição da produção causada pelo período de estiagem.

<sup>6</sup> Em Apuiarés, a feira está em funcionamento com apenas uma agricultora.



mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. (ALTIERI, 2004, p. 16)

A discussão proposta por Altieri (2004), sobre a necessidade de “mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido [...] (p. 16)”, sugere a importância das feiras agroecológicas no processo de autonomia camponesa. Pois, as feiras colaboram também para a reversão da lógica hegemônica de mercado e para o estabelecimento de relações mais sólidas entre produtores e consumidores. Woortmann, em sua discussão sobre as sociedades camponesas no Brasil, esclarece os fatores determinantes para o camponês se inserir no mercado. Para esse autor:

Vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa. Neste sentido, a feira é o espaço de realização do pai de família que no roçado encarna o trabalho familiar e na feira “governa” a transformação desse trabalho em ganho, necessário para “botar de um tudo dentro de casa”, outro atributo do pai. Neste plano, na feira se afirma a honra do pai, pois quem só pode vender para o patrão, como o morador de engenho, não “governa” o ganho; é sujeito (objeto de sujeição), já que não pode dispor livremente do produto do processo de trabalho, mesmo que este tenha sido realizado autonomamente com base num saber profundo. (WOORTMANN, 1990. p. 39).

As feiras agroecológicas constituem um fértil campo de reflexão teórica porque trazem em seu cerne a resistência camponesa diante das pressões do mercado e do modo capitalista de produção. A comercialização de produtos agroecológicos não representa apenas a apropriação de um nicho de mercado, que vem emergindo graças à incipiente conscientização sobre os malefícios dos agrotóxicos, como até o Agronegócio já percebeu e tenta angariar esse mercado, com o cultivo dos produtos orgânicos. Para além de um novo produto, a Agroecologia propõe uma nova forma de produzir, de se relacionar com natureza e de viver.

A Feira tira o camponês de uma situação de subordinação, dando-lhe a possibilidade de decidir sobre os frutos do seu próprio trabalho. Em um estudo sobre as feiras agroecológicas da Paraíba, a professora Valéria de Marcos aponta que:

Tais feiras têm se configurado, cada vez mais, numa alternativa que tem garantido a melhoria da qualidade de vida e da renda das famílias envolvidas com essa prática. Mas essa realidade não é exclusiva do Nordeste brasileiro. Em diferentes locais do Brasil e também da América Latina essa tem sido uma alternativa que tem alcançado cada vez mais espaço – e resultados – entre os camponeses, sobretudo no que se refere à mudança na perspectiva de relação com a terra, o ambiente e as pessoas. (MARCOS, 2007, p. 185)

Ainda de acordo com Marcos (2007), os resultados das feiras agroecológicas na Paraíba para além de produtos produzidos sem agrotóxico representam produtos da reforma agrária, provando que essa é uma realidade viável. As feiras agroecológicas na Paraíba representam ainda:

[...] formas que [os camponeses] encontraram para reconstruir aquilo que o capital havia separado: a relação produtor/consumidor. Estas relações, porém, são reconstruídas em outras bases, dentro da lógica camponesa de confiança, da solidariedade, do respeito, da amizade que aos poucos vão se selando entre as pessoas, não mais entre produtor e consumidor. (MARCOS, 2006, p. 218)

Diante disso, é essencial enfatizar também a importância das práticas agroecológicas, inclusive das feiras, para a segurança alimentar, já que os camponeses não produzem apenas para vender, mas diversificam a própria alimentação. Além disso, o campesinato resgata hábitos alimentares e culturais, devolvendo à sociedade sabores que foram negados pela indústria alimentícia.

Os camponeses vão participando como sujeitos ativos da construção da Soberania Alimentar, a qual é essencial para independência de uma nação. De acordo com Stédile e Carvalho (2012) a soberania alimentar “[...] revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio que para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos.” (p. 715).

Enquanto a segurança alimentar está relacionada à disponibilidade de alimentos, em quantidade e qualidade suficientes para o abastecimento da população, a soberania alimentar é “o direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência desleal de outros países”. (MEIRELLES, 2004, p. 11).

É imprescindível que também os consumidores tenham o direito e, principalmente, o acesso a alimentos seguros. Por isso, as iniciativas de comercialização dos produtos agroecológicos devem ser vistas como uma ferramenta para a disseminação de alimentos saudáveis, já que os produtos orgânicos tendem a ser um direito restrito à elite.

O atual modelo de produção agrícola, com base no monocultivo, põe em risco a soberania alimentar. Se por um lado a Revolução Verde permitiu a produção em larga escala, o que diminuiu o custo dos alimentos para o consumidor, por outro

expropriou camponeses, gerou dependência dos agricultores, em relação a insumos externos, aumentando o custo da produção. Além de causar sérios danos ao meio ambiente. (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Nesse sentido, a Agroecologia aparece como uma alternativa viável, a fim de conduzir o camponês à autonomia, de fazê-lo superar a lógica que lhe é imposta pelo capital e ajudá-lo a criar outra lógica, pautada em outras matrizes de racionalidades, que contemplem a família, a soberania alimentar e o respeito às pessoas e ao meio ambiente.

#### **4.2 Rede de Agricultores Agroecológicos do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu: um resgate à agri-Cultura camponesa**

*Ninguém nunca aprende tudo, nem nunca se aprende só! (Z. J.)*

Nos anos de 2004 e de 2005, um grupo de camponeses do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu participou de uma formação em Agroecologia, realizada pelo CETRA a partir de um projeto financiado pela ONG Manos Unidas, da Espanha, que tinha por objetivo não só capacitá-los para a produção agroecológica, mas também formar multiplicadores em Agroecologia. Assim, os 43 concludentes do curso tiveram como lição de casa disseminar as práticas agroecológicas que aprenderam.

Esses camponeses começaram a produzir, a partir de então, segundo os princípios da Agroecologia. Como o volume da produção agroecológica permitia a existência de um excedente, eles sentiram a necessidade de comercializar os seus produtos. Com isso, em 2005, surgiu a ideia da Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca.

Inicialmente, a feira era realizada somente uma vez ao mês e muitas eram as dificuldades, principalmente, em relação à confiança dos clientes, mas com ousadia e determinação, características típicas de empreendedores, os camponeses conseguiram superar os desafios. O camponês Z. J., do Assentamento Várzea do Mundaú, explica:

Quando nós começamos a feira o povo dizia assim: ‘rapaz, vocês vão levar o quê pra vocês vender? O povo vai lá comprar essas porqueiras de vocês! Chamavam era porqueira, não sei o quê... Aí, sempre a pergunta de quando a pessoa bota dificuldade, eu digo assim: ‘rapaz, você já fez? Não? Então como é que você sabe? Não adianta discutir. [...] Pra gente conquistar os clientes da feira foi difícil, não foi tão difícil, mas também não foi fácil, sempre a gente tinha que explicar de onde vinha, a diferença que tinha.

Eles chegavam, olhavam, pegavam e diziam: melhor a gente comprar no mercado. Hoje não! Sempre a gente ia, chegava lá 7 horas, saía 11 horas e não vendia tudo, hoje a gente quando chega lá, o povo já tá esperando, e sempre aquelas pessoas quando vai, não vai só, leva sempre outra pessoa pra conhecer (Z. J. Entrevista I).

Com a feira, os camponeses passaram a se encontrar periodicamente para a organização e planejamento. Assim, surgiu a necessidade da criação de uma associação, que viabilizasse as reuniões e também outras atividades de ampliação e disseminação do conhecimento agroecológico. Por essa razão, em 2006, foi criada a Rede de Agricultores Agroecológicos do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu.

A criação da Rede foi uma forma de melhor articular e compartilhar as experiências de produção e comercialização agroecológicas. Além disso, a Rede tem se mostrado um caminho viável para o fortalecimento da agricultura camponesa, tanto no sentido cultural, quanto político, pois propicia um espaço de debate sobre projetos e políticas de incentivo à Agroecologia, facilitando o acesso. O depoimento de um dos feirantes é representativo quanto ao sentimento do grupo em relação à Rede:

A Rede foi um grande avanço na nossa organização porque a gente já tem conseguido muitas conquistas através da Rede. Sozinho a gente não consegue nada, quando a gente junta um grupo e se organiza a gente conquista os objetivos. (R. P. Entrevista VI)

Atualmente com cerca de 280 participantes diretos, a Rede é organizada e dirigida pelos próprios camponeses, que elegeram um coordenador e discutiram um regimento interno. Assim, o grupo constrói de forma autônoma as estratégias de produção e comercialização agroecológicas. Além das discussões sobre a Agroecologia, a Rede promove debates sobre outras questões sociais como a necessidade da equidade de gêneros.

Para cumprir o papel de subsidiar a disseminação da Agroecologia bem como manter os camponeses motivados, a Rede realiza reuniões trimestrais (ver figura 12), quando são discutidos projetos que podem contribuir para a produção/comercialização agroecológica e são dadas informações sobre políticas públicas de desenvolvimento rural.

FIGURA 12: Reunião da Rede de Agricultores Agroecológicos e Solidários do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu em Itapipoca-CE



Fonte: BATISTA, M. A. S. 2013.

Um dos meios mais eficientes para atingir os objetivos da Rede são as visitas de intercâmbio, por meio das quais os camponeses têm a oportunidade de verem experiências de produção agroecológica e trocarem conhecimentos. Em maio de 2013, alguns camponeses da Rede tiveram a oportunidade de conhecer a Feira Agroecológica e Solidária das Graças, em Recife – PE. Sobre a oportunidade de crescimento pessoal e profissional proporcionada pelo intercâmbio, a camponesa M., de Apuiarés, declarou que:

[...] o que me chamou mais atenção foi que, em 2007, a gente fez intercâmbio lá em Pernambuco e a gente visitou várias comunidades e também aquela mesma feira, e eu percebi a mesma união, a mesma vontade de trabalhar e também a variedade de produtos... Eu perguntei pra eles se o mesmo grupo que começou ainda continuava e eles me responderam que não tinha desistido nenhum e que tinham era aumentado o grupo, isso me chamou muita atenção (informação verbal<sup>7</sup>).

As experiências dos intercâmbios são compartilhadas nas reuniões trimestrais (ver figura 13). Os camponeses discutem entre si o que constataram em

<sup>7</sup> Informação fornecida por M. em Reunião da Rede de Agricultores Agroecológicos do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, em Itapipoca, em julho de 2013.

outros lugares e como as novas técnicas e estratégias podem ser adaptadas para as suas realidades. Assim, eles têm a oportunidade de refletirem sobre suas práticas e aprimorá-las.

FIGURA 13: Camponeses compartilhando a experiência de intercâmbio



Fonte: BATISTA, M. A. S. 2013.

O camponês J. M., de Paracuru, ressaltou a importância do trabalho em equipe na feira. Ele descreveu suas impressões da seguinte forma:

Eu achei interessante que quando alguém termina de vender, não vai logo embora, espera os outros pra ajudar a desmontar as barracas e todo mundo vai embora igual, isso é muito importante também para dá um apoio aos que ainda não terminaram. (informação verbal<sup>8</sup>).

Com isso, nota-se que o intercâmbio é importante não só para a ampliação do conhecimento de técnicas de manejo ou de mercado, mas também para a incorporação de valores como a ajuda mútua e solidariedade. Fato que aparece também no discurso da camponesa M. E. de Paraipaba, quando ela disse que:

<sup>8</sup> Informação fornecida por J.M. em Reunião da Rede de Agricultores Agroecológicos do Território dos Vales do Curu e Aracatiçu, em Itapipoca, em julho de 2013.

O que eu achei interessante foi quando um da comunidade não podia ir, os outros traziam os produtos do colega pra não deixar a feira fraquejar e pra não deixar o colega desistir, o que mais me chamou a atenção foi a união deles e a determinação de cada um. (informação verbal<sup>9</sup>).

Os intercâmbios ganham importância na medida em que demonstram experiências de pessoas com histórias de vida semelhantes que deram certo e produziram bons frutos, é o “ver para crer”. O camponês A. M. A., de Itapipoca, associa sua escolha em produzir de forma agroecológica às visitas de intercâmbio. Quando questionado sobre por que ele resolveu mudar a forma de produção, ele afirmou com convicção:

Foi intercâmbio, porque as pessoas falavam e eu ficava sempre duvidoso. [...] Eles [os técnicos agrícolas] diziam que a folha no sítio estava pouca, mas eu queria era queimar as que já tinha. Aí, a gente foi pra Serra Grande e lá em Tianguá, lá em Visçosa, a gente começou a ver a Agroecologia. Quando eu retornei eu vi que era possível, fiquei muito interessado. Aí, um dono de sítio de lá veio lá pra casa, e disse que era possível fazer um pomar bonito, então ele me ajudou e depois eu fui pra Pernambuco, duas vezes, olhar outras pessoas que já tinham grande experiência e a gente se tornou multiplicador dessa história. (Entrevista V).

Outra ação da Rede é a realização anual, desde 2006, do Encontro Territorial de Agroecologia e Socioeconomia Solidária, o ETA. O encontro tem por objetivo fazer ecoar na sociedade as discussões que ocorrem no interior da Rede. Em 2013, o ETA, em sua oitava edição, teve como tema “Agricultura Familiar e Agroecologia no Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu”. Foram três dias de evento, com cortejo cultural, apresentação de filmes, palestras, diálogos, exposição fotográfica e intercâmbios de conhecimentos, nos quais foram mostradas experiências de uso de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, casa de sementes e diversas formas de produção agroecológica, como PAIS, Quintal Produtivo e Mandala. Em 2013 participaram do ETA representantes de diversas ONGs, além de um público estimado em 260 pessoas.

A Rede é responsável juntamente com o CETRA pela gestão do Fundo Rotativo Solidário (FRS), um projeto aprovado e financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil, a partir de edital público do Escritório Técnico de Estudos do Nordeste (ETENE). O FRS tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar através de investimentos na produção agroecológica e de melhorias nas estruturas físicas de

---

<sup>9</sup> Informação fornecida por M.E. em Reunião da Rede de Agricultores Agroecológicos do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, em Itapipoca, em julho de 2013.

Associações ou Grupos de Agricultores. O FRS é restrito aos agricultores familiares e grupos solidários participantes da Rede, associações e cooperativas de trabalhadores rurais credenciados, e agricultores que tenham dificuldades de acessar outras formas de crédito. Os valores do empréstimo variam de 100 a 1000 reais, no caso do primeiro acesso, que devem ser investidos na produção.

### **4.3 As Feiras Agroecológicas e Solidárias de Itapipoca e de Trairi**

A Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca (FA), fundada em 2005, acontece às quartas-feiras, quinzenalmente, na Praça da Matriz. O local é estratégico, pois apresenta grande movimentação de pessoas, em virtude da proximidade de bancos e de diversos comércios. Itapipoca, sendo um polo regional, possui economia aquecida e comércio dinâmico, por isso foi escolhida pelo grupo de feirantes para abrigar a primeira feira agroecológica da Rede. Atualmente é a mais consolidada no Território, com o maior número de consumidores e a que gera mais renda para os camponeses-feirantes (ver figura 14).

FIGURA 14: Feira Agroecológica de Itapipoca



Fonte: BATISTA, M. A. S., 2013.



Em 2009, o grupo de feirantes da FA de Itapipoca vislumbrou a possibilidade de ampliar sua atuação, estendendo suas atividades para a cidade de Trairi. Com o consenso do grupo ficou decidido que a feira ocorreria nas quartas-feiras em que não tivesse a de Itapipoca. Assim, a então recém-criada FA passou a funcionar, quinzenalmente, na Praça José Granja Ribeiro, próximo ao Mercado Municipal. Em Trairi, a feira conta com apenas três feirantes e também com menos produtos (ver figura 15), em virtude de a movimentação do comércio na referida cidade ser menor, no entanto a clientela tem se mantido fiel.

FIGURA 15: Feira Agroecológica de Trairi



Fonte: BATISTA, M. A. S., 2013.

Os camponeses vêm de diferentes comunidades de assentamentos rurais dos municípios de Itapipoca (Córrego dos Tanques), Trairi (Batalha, Várzea do Mundaú) e Tururu (Novo Horizonte e Comunidade Cemoaba). Essas famílias vivenciaram o processo de luta pela terra, a conquista da reforma agrária no estado do Ceará e agora buscam alternativas de geração de renda para consolidarem seus territórios camponeses. O Sr. E. F. S. da comunidade Vieira dos Carlos afirma a melhoria de vida e de renda que essa estratégia tem causado para sua família:

[...] tá bom de mais pra mim agora, eu acho que melhorou demais, porque antes a gente tinha dificuldade de tudo. É bom pra nós, porque a gente vai

comer um produto saudável. [...] Melhorou demais a renda pra mim, graças a Deus dá pra ir comendo, não dá pra enricar não, mas dá pra ir comendo (Entrevista VII).

Na feira de Itapipoca trabalham dez famílias, que comercializam seus produtos em seis barracas. A quantidade de feirantes é variável, porque nem sempre todos podem comparecer, principalmente, por não terem produtos suficientes, fato que foi agravado pela estiagem dos últimos anos (2012, 2013, 2014).

Em Trairi, a feira conta, na maioria das vezes, com três ou quatro famílias. A frequência dos camponeses nas feiras depende da sua capacidade de produção, tendo em vista que em primeiro lugar é colocado o abastecimento para sustento da família, depois a venda na propriedade, priorizando o sustento da comunidade, e só o excedente é comercializado na feira. Como nesses últimos anos o período prolongado de estiagem diminuiu a produção, a presença dos camponeses tem oscilado bastante.

A estrutura das barracas (ver figura 16), que são usadas tanto em Itapipoca como em Trairi, foi conseguida com recursos de um projeto social da ONG Manos Unidas, instituição internacional que apoia as iniciativas de combate à extrema pobreza e desigualdade social.

FIGURA 16: Estrutura das barracas da Feira agroecológica de Itapipoca

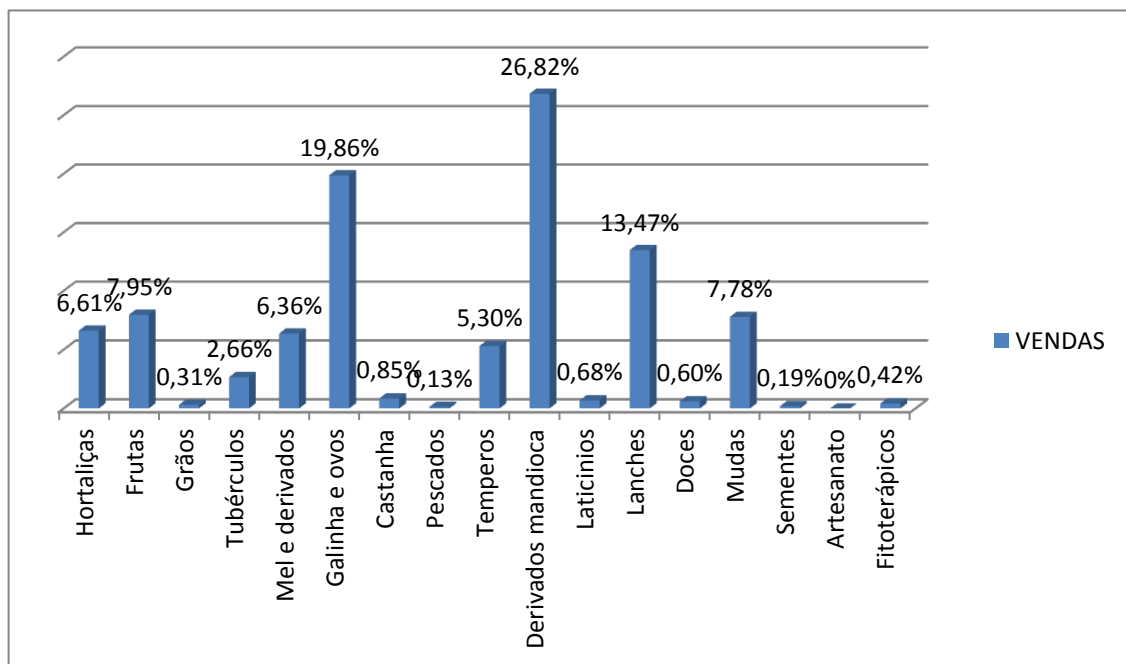


FONTE: BATISTA, M. A. S., 2013.

Os produtos comercializados na FA são produzidos de acordo com os princípios da Agroecologia, sendo sempre frescos e “da época”. Na FA, encontra-se, principalmente, legumes (feijão verde, milho verde), frutas (laranja, limão, mamão, banana, ata, melancia, maracujá, entre outras), hortaliças (alface, cheiro-verde, cebolinha, pimentão, pimenta), raízes (macaxeira, gengibre, batata-doce), plantas medicinais (erva cidreira, capim-santo, arruda, entre outras), plantas ornamentais (de várias espécies) como também pratos prontos, típicos da culinária regional (pamonha, bolos, tapiocas, galinha caipira cozida). Além desses produtos, são importantes para a renda da feira a venda do mel de abelha Italiana e Jandaíra, dos ovos e da galinha caipira abatida.

Alguns camponeses levam também produtos beneficiados como os molhos de pimenta, colorau, goma, doces, fitoterápicos. A variedade de produtos na FA depende dos ciclos de cada cultura, mas alguns produtos como hortaliças, goma, ovos e galinha caipira são encontrados durante o ano todo, sendo os que apresentam maior contribuição na renda anual das feiras, conforme mostra o gráfico 01:

**GRÁFICO 01: Percentual de cada produto na renda das feiras de Trairi e de Itapipoca em 2013**



Fonte: Dados do CETRA, organizado por BATISTA, M. A. S., 2013.

No gráfico nota-se a importância dos produtos mais regulares durante o ano, ou seja, dos mais resistentes à falta de água, como os derivados de mandioca, os ovos e as galinhas caipiras, que juntos são responsáveis por quase metade da renda das feiras. Constata-se com isso a importância de uma produção diversificada (ver figuras 17, 18, 19 e 20), tal como proposto pelos princípios da Agroecologia, pois apesar de condições climáticas desfavoráveis é possível produzir o necessário para o sustento familiar. Nota-se também a importância dos lanches, receitas típicas que valorizam a cultura local e são muito apreciados pelos consumidores. Além disso, observa-se um incremento considerável a partir do mel, cuja produção tem se constituído em importante fonte de renda para essas famílias camponesas.

FIGURA 17: Variedade de produtos da FA de Itapipoca (bolos, doces, goma, colorau, pimenta-de-cheiro)



FONTE: BATISTA, M. A. S., 2013.

FIGURA 18: Oferta de produtos da época: murici e acerola, na FA de Itapipoca



FONTE: BATISTA, M. A. S., 2013.

FIGURA 19: Comercialização de hortaliças na FA de Itapipoca



FONTE: BATISTA, M. A. S., 2013.

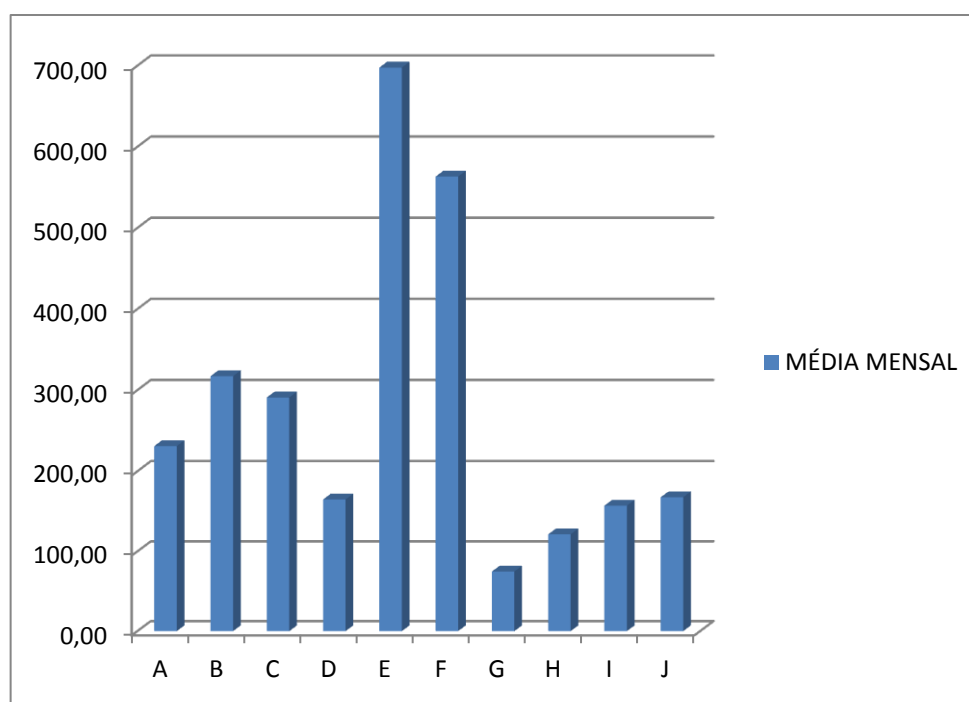
FIGURA 20: Comercialização de plantas ornamentais na FA de Itapipoca



FONTE: BATISTA, M. A. S., 2013.

A feira de Itapipoca é a que tem melhor rendimento dentre as feiras do Território e também um maior número de consumidores fidelizados. A renda mensal dos feirantes é bastante variada, em média oscilando entre 80 a 700 reais (ver gráfico 02). Vale ressaltar que esses feirantes também comercializam por outros canais, porém, a renda da feira é, na maioria dos casos, a maior parte do orçamento familiar.

**GRÁFICO 02: Média de faturamento mensal por camponês-feirante em 2013 nas FA<sup>10</sup>**



Fonte: Dados do CETRA, organizado por BATISTA, M. A. S., 2013.

A renda gerada pelas feiras varia tanto em relação à quantidade quanto a qualidade dos produtos levados por cada produtor, mas também em relação à quantidade de vezes que esse comparece. Como as feiras são quinzenais, quando acontece algum impedimento para que o produtor compareça fica difícil recuperar a renda que seria gerada no mês.

Durante os trabalhos de campo, os camponeses demonstraram-se muito satisfeitos com os resultados. Para o agricultor A. M. A., a feira possibilitou, além da renda certa, a autonomia sobre sua força de trabalho: “antes [de trabalhar com Agroecologia] eu vivia de roça e como só se colhia uma vez por ano, tinha que vender diária pra complementar a renda.” (Entrevista V). Ele reforça dizendo que outra coisa que mudou na vida dele foi “o dinheiro sem vender mão-de-obra, eu já consegui até quatro salários [mínimos] mensais, agora na seca desceu um tanto, mas ainda tá faturando numa escala boa.” (Entrevista V).

É preciso contextualizar que o faturamento da feira é uma renda que antes os camponeses não tinham como obter de outra maneira, além disso, é o

<sup>10</sup> As letras maiúsculas no gráfico representam os camponeses-feirante.

excedente que é comercializado, o que é consumido pela família é um ganho não contabilizado.

Os camponeses-feirantes demonstraram a preocupação em manter os clientes, principalmente, através dos preços acessíveis. Segundo um técnico do CETRA: “essa é uma discussão que sempre a gente faz nas reuniões, a gente tem que saber não só o que plantar e como plantar, mas também para quem a gente quer trabalhar.” (Entrevista X).

A questão dos preços é um fator bem discutido e unânime entre os camponeses da feira. Durante as entrevistas todos disseram estar satisfeitos com a remuneração recebida, apesar de reconhecer que a produção agroecológica demanda mais mão-de-obra e tempo que a convencional. Para o camponês Z. J.:

Para nós é [justo], porque é uma coisa que a gente não tinha comércio, é uma coisa que era perdido, não tinha renda, não tinha nada. Hoje quem tá produzindo sabe que tem comércio. Aí tem gente que diz assim: ‘rapaz, vamos vender mais caro!’ Mas, eu digo: ‘não vamos fazer isso não, porque nós não tem como aguentar produto o tempo todo. E pra nós passar acima do comércio pode nós perder os nossos clientes e depois eles não querer retornar [...] E ainda tem aqueles clientes que a gente vê que é desde o início, que a gente ainda diminui um pouco. (Entrevista I).

A possibilidade de negociação do preço dos produtos, entre os feirantes e os consumidores, é algo que atrai a clientela, pois sempre há abertura para um acordo. Além disso, como citado no depoimento do camponês as relações estabelecidas com os clientes, sobretudo os mais antigos, tendem a ser mais personalizadas, induzindo a relações que extrapolam a comercialização e baseando-se nos princípios da solidariedade e da dádiva ao contrário do que acontece nos circuitos longos de comercialização, onde os preços são tabelados e as relações são impessoais. O quadro abaixo faz um comparativo com os preços de alguns produtos praticados na FA e em dois supermercados de Itapipoca:



QUADRO 04 – Comparação entre os preços dos produtos na FA e em supermercados de Itapipoca

PRODUTO	FEIRA AGROECOLÓGICA	SUPERMERCADO A	SUPERMERCADO B
Cheiro-verde (maço)	0,50	0,89	0,89
Cebolinha (maço)	0,50	0,89	0,89
Macaxeira (kg)	1,50	2,59	*
Tomate (kg)	4,00	3,09	2,89
Banana (kg)	1,50	2,99	2,59
Manga (kg)	2,00	2,29	2,69
Goma (kg)	4,00	4,15	*
Maracujá (kg)	3,00	1,99	1,99

\* Em falta produto similar

Fonte: Pesquisa de Campo, organizado por BATISTA, M. A. S. 2014.

Os preços nos supermercados referem-se ao produto convencional, pois nos estabelecimentos pesquisados, não havia similares orgânicos. Mesmo assim os produtos na FA são, em sua maioria, mais baratos. Além da qualidade e segurança do produto agroecológico, esse é mais durável. Embora os produtos da FA não sejam certificados, os consumidores já tem confiança nos produtores e reconhecem o produto agroecológico por suas características. De acordo com Z. J., “você leva um cheiro-verde daqui ele passa três dias, se você comprar no mercado no outro dia tá amarelo, tá se desmanchando, então o cliente que compra com a gente já conhece.” (Entrevista I).

Como ainda não existe uma certificação oficial, a fiscalização dos produtos comercializados na FA se dá pelos próprios feirantes e consumidores. De acordo com Z.J. já houve reclamação de clientes que denunciaram produtos de possível procedência duvidosa entre os produtos comercializados pelos feirantes agroecológicos. Nesses casos, a providência tomada, segundo ele, é a seguinte:

A gente vai chamar ele [o feirante] bem baixinho, ninguém vai ...entendeu? Primeiro a gente vai fazer umas pesquisas por um lado, pelo outro, saber de onde é que vem, pra onde é que vai, porque já chegou freguês lá reclamando... Então, a gente chamou ele e deu um tempo pra ele retornar. (Entrevista I).

A questão da certificação dos produtos é uma discussão que já está em curso no interior da Rede, mas os custos e a burocracia para a implantação têm sido obstáculos, no entanto, formas mais viáveis de certificação estão sendo estudadas pelo grupo. Já existe na Rede o controle social que parte dos feirantes e dos

consumidores e também as reuniões com intercâmbio de experiências, que acontecem todo mês na casa de um feirante, a ser escolhido pelo grupo. As reuniões mensais têm como objetivo a troca de experiências entre os feirantes, a tentativa de se resolver coletivamente os problemas enfrentados na produção e trabalhar a motivação dos camponeses. As reuniões são também uma forma de “fiscalização” já que os feirantes têm que ficar atentos com os métodos utilizados, pois a qualquer mês podem receber a visita do grupo. O camponês Z.J. conta que:

Todos os meses a gente vai visitar um feirante, porque a gente precisa saber se ele tá produzindo aquilo, se é realmente [agroecológico], conhecer ele, saber como é que é. Se tiver uma pessoa que está fraca, a gente vai lá visitar ele, saber por que ele não tá indo pra feira, saber o que tá faltando e vamos ajudar. (Entrevista I).

Apesar dos problemas enfrentados, para quase todos os entrevistados a FA representa a maior parte da renda familiar e proporciona uma melhoria significativa na vida dos camponeses. Para M. C., a feira foi uma forma de aproveitar melhor os produtos do seu sítio e gerar renda para a sua família. Segundo, ela:

O maxixe, a ata, o jerimum quando tava na época fazia lama e a gente não tinha como aproveitar, é claro que a gente come e dá para os vizinhos, mas mesmo assim estragava muito, agora a gente vende aqui, faz um dinheirinho. (M. C., Entrevista XI).

A camponesa M. C. cultiva e comercializa seus produtos junto com o marido. Ela conta que na comunidade em que vivem, assentamento Várzea do Mundaú - Trairi, são poucos os que acreditam que o cultivo agroecológico pode render bons frutos. Ela afirma que os outros camponeses acham que sem veneno não se pode produzir com qualidade (boa aparência do produto), embora já vejam os exemplos. Quando perguntada por que ela acha que essa forma de pensar ainda é tão comum, mesmo já existindo experiências que deram certo, ela responde que as pessoas não sabem o que é Agroecologia e não se interessam em conhecer.

Trabalhar com Agroecologia enseja uma mudança de mentalidade, significa se livrar de um conhecimento que está arraigado no pensamento da maioria das pessoas. Segundo o camponês Z. J., no início é muito difícil convencer os outros camponeses. Ele conta que: “foi o caso de muita gente dizer que eu ia passar fome, que ia morrer de fome com a minha família, eu sofri crítica, crítica mesmo [...]” (Entrevista I). Mas a decisão veio com a determinação e a coragem de quem viu as

coisas acontecerem em outros lugares. A visita ao Centro Sabiá, em Recife, foi fundamental para sua escolha em mudar os rumos da sua produção:

[...] eu passei a acreditar porque eu tive a oportunidade de conhecer o Centro Sabiá, em Recife, e eu vi um produtor lá, ele contando a vida como ele iniciou e aí eu vim. Quando eu cheguei eu disse: rapaz **se aquele homem iniciou e melhorou a vida dele, eu vou conseguir também.** (Z. J. Entrevista I).

Outra camponesa, F. C. G. do Assentamento Novo horizonte, em Tururu, conta que a produção agroecológica mudou a sua vida, pois a partir do envolvimento com o movimento agroecológico ela passou a acreditar no seu potencial:

Eu não acreditava que lá desse nada, meu trabalho era barrer terreiro e botar água, eu não me atrevia a plantar nada... Foi quando teve esse projeto das mandalas, que eu entrei e deu certo. (Entrevista IX).

Ela conta também como ficou impressionada com os resultados do cultivo de hortaliças e cada vez mais era motivada a experimentar novas variedades. Inicialmente era tudo para autoconsumo, só depois de um ano trabalhando na mandala é que veio a oportunidade da feira. Ela lembra que:

Não tinha muita fé não, porque verdura é muito barato... Mas quando eu vim, no primeiro dia eu fiz quarenta reais, aí eu me animei e comecei a pensar em mais produtos para trazer para a feira. (Entrevista IX).

Nota-se no discurso dos camponeses que a feira tem contribuído também para a diversificação dos produtos cultivados, o que reflete também na alimentação. O camponês A. M. A., quando interrogado sobre a melhoria na renda depois do cultivo agroecológico e comercialização na feira, é enfático ao dizer:

Não melhorou só a renda não, melhorou a vida, a alimentação, tudo! Antes a gente não comia verdura, fruta só na época, agora eu posso dizer que colho doze meses por ano, nos trinta dias do mês. (Entrevista V).

Para outra feirante a mudança de vida proporcionada pela FA foi muito além da alimentação e da renda, trouxe dignidade e autoestima:

Mudou tudo! A alimentação dentro de casa... De primeiro eu andava na rua com bem pouquinho dinheiro, a minha menina me pedia as coisas e eu não podia dar, ficava com tanta pena [...] só podia dar quando eu tirava o bolsa escola. Agora não, a minha filha terminou oitava série e eu fiz uma festa pra ela, coisa que eu nunca tinha feito era festa de oitava série. Mudou tudo! (F.C. G. Entrevista XI)

O camponês A. M. A. conta, ainda, que a feira o ajudou não só a colocar seus produtos no mercado, mas também a se valorizar como agricultor. Ele diz:

“aqui o consumidor vê quem planta, conhece, confia, diferente de você vender pra atravessador, que você fica invisível...” (Entrevista V).

É importante destacar também as relações sociais que se estabelecem na feira, como a reciprocidade, ajuda mútua e a solidariedade. Em conversa com um camponês da FA de Itapipoca, ele revelou que as relações de troca e reciprocidade fazem parte do cotidiano em diversas situações, como no caso das sementes que são trocadas e depois de reproduzidas devem passar adiante, e também no caso da mão-de-obra nos períodos da colheita. Ele ressalta que “na colheita a gente sempre precisa de ajuda, às vezes eu pago diária e às vezes troco serviço.” (A. M. A. Entrevista V).

Com isso, percebe-se que embora, o camponês adentre o mercado através da feira, ele não o faz por meio de relações capitalistas, típicas do comércio, e que negam a lógica da camponêsidade. Ele estabelece a sua própria lógica de comercialização com base nos valores da ética camponesa.

Para os camponeses aqui estudados, as relações sociais que se desenvolvem no mercado guardam os princípios da moral camponesa. A maioria deles não calcula o custo de seus produtos, ou seja, não se baseia em margem de lucro. O cálculo do preço dos produtos é feito tendo por base o valor de mercado, mas o camponês não considera, por exemplo, o valor do seu trabalho, conforme pode-se averiguar nos discursos de dois camponeses entrevistados:

Às vezes, quando eu saio daqui [da feira] eu vou pesquisar [os preços], perguntando... pra quando eu vim, eu não vender mais caro do que lá. Toda vida eu vendo mais em conta pros meus fregueses, por isso que o pessoal gosta. (E.F.S., Entrevista VII)

O custo [dos produtos] nós não calculamos, a gente percebe pela renda do mês, então se a gente acha que comeu bem, fez a renda do mês, foi compensado, porque ganhando um salário mínimo lá fora você não consegue nem comer. No final do ano a gente faz um balanço pra ver o que ganhou por mês, mas quando a gente calcula o que ganhou por mês já não entra mais a alimentação, só o que entrou em espécie, o que a gente leva pra casa, dá pro vizinho, usa pros animais, daí não dá mais pra fazer esse levantamento. (A. M. A. Entrevista V)

Essas são demonstrações de que os camponeses operam no mercado com base em outra racionalidade, diferente da lógica do mercado capitalista, no qual toda troca é equivalente, é completa, não gera nenhuma obrigação moral. No camponêsato as relações são baseadas no princípio da dádiva, ou seja, a cada *dom* deve-se moralmente uma recompensa, formando uma corrente de atos de solidariedade. (GODBOUT, 2002).

Os depoimentos dos camponeses revelam a importância da prática da comercialização em feira agroecológica para a consolidação da autonomia camponesa, não só no que diz respeito à renda, mas também em relação à valorização enquanto camponês, ao seu espaço político na sociedade. O tom de voz dos camponeses durante as conversas, por vezes emocionados, demonstra a alegria de quem viveu a luta pela terra e venceu sérias dificuldades, mas que, sobretudo, carrega consigo a consciência de que é preciso continuar lutando para mudar o curso de suas histórias de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado do Ceará, a questão agrária está longe de ser resolvida. Embora alguns avanços tenham sido alcançados, outros problemas surgiram ou se agravaram. Tal fato a coloca como um objeto de análise não ultrapassado ou esgotado, por mais que muitos estudiosos tenham se debruçado sobre o tema. Na medida em que ganha novos matizes, ganha, conseqüentemente, novas possibilidades de interpretação.

A questão agrária é um problema atual, diante do qual o papel do campesinato tem sido o de cada vez mais colocá-la em evidência, forjando formas de resistência. Por isso, neste trabalho optou-se por buscar compreender o campesinato a partir dos próprios camponeses, escutando suas histórias de vida e de luta, acompanhando as articulações e mobilizações desenhadas na tentativa de alcançar melhores dias e descrevendo as estratégias empreendidas para a superação dos problemas vividos.

A modernização que atingiu o mundo rural revelou ao camponês que era hora de mudar, não para deixar de ser o que é, mas para a preservação da identidade de um povo com cultura própria. Por isso, a Agroecologia foi semeada em solo fértil, o qual havia sido cuidadosamente preparado pelos movimentos sociais.

A Agroecologia significou para os camponeses estudados a esperança de tirar da terra o sustento necessário para sua família, possibilitando sua permanência no campo. Somado a isso, a prática da agricultura agroecológica trouxe consigo a valorização do camponês enquanto agricultor, trabalhador da terra, que tem a consciência de que suas práticas agrícolas são também formas de resistência contra as imposições do Capital e expressam o seu posicionamento político perante a sociedade.

O apoio de organizações da sociedade civil, sobretudo do CETRA, foi imprescindível no processo de transição agroecológica vivenciado pelos sujeitos estudados. O maior desafio dessa organização foi incitar os camponeses a saírem do lugar comum, sem que isso gerasse dependências externas, ou seja, era preciso colaborar com eles, mas não fazer por eles. A partir do amadurecimento da discussão sobre tantas questões que lhes cercam, os camponeses assumiram a necessidade de construir sua autonomia e o fizeram com a criação da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu. A

Rede foi o caminho encontrado para diminuir a distancia entre a teoria e a prática da Agroecologia.

A Rede é uma organização forte, capaz de levar as reivindicações dos camponeses ao Estado. Pois, é uma forma de dar visibilidade ao grupo, divulgando suas ações, representando o que está sendo feito no “local” perante a outras instituições que promovem a agroecologia a nível nacional e internacional. Através da Rede, os camponeses podem mais facilmente participar de editais de projetos de fomento. Além disso, a rede realiza as reuniões, as visitas de intercâmbios e representa o grupo nos eventos.

A Rede possui um caráter pedagógico, tendo em vista o seu papel na disseminação do conhecimento e contínuo aperfeiçoamento das práticas agroecológicas, se configurando como um produtivo espaço de aprendizagem. É também marcante o papel de agente regulador das ações do grupo, pois através de regimento próprio, dita normas, critérios mínimos, para que o camponês possa ser considerado agroecológico.

Os depoimentos dos camponeses revelaram a importância das reuniões e das visitas de intercâmbio, as quais foram para a maioria deles a forma mais eficiente de convencimento na decisão de mudar práticas até então arraigadas em suas formas de pensar. As visitas de intercâmbio não poderiam ter um nome mais autoexplicativo. A representação dessas visitas para os camponeses é realmente trocar experiências, sementes e conhecimentos. É o momento de aprender e ensinar simultaneamente.

Durante os trabalhos de campo nas unidades de produção, constatou-se que o camponês lança mão dos conhecimentos adquiridos de modo crítico e investigativo, fazendo testes e aperfeiçoando as técnicas, a fim de adaptá-la à realidade.

O grupo investigado encontra-se em “fase de transição agroecológica”, a qual é marcada pela gradativa substituição dos agrotóxicos por defensivos naturais e por práticas de manejo do solo que visam sua recuperação, como a ausência de queimadas e a preservação da cobertura morta. Embora alguns desafios ainda persistam como a utilização de agrotóxico em alguns casos, muitos resultados já foram alcançados como o aumento da diversidade de culturas e da produtividade,

melhoria nas condições do solo e conseqüentemente na alimentação e na renda das famílias envolvidas.

As dificuldades são diversas, mas, principalmente, manter uma produção constante tem sido um desafio. Os camponeses mostraram que a escassez de água, principalmente nesse período de estiagem, (anos de 2012, 2013 e 2014), tem sido um sério problema. Além disso, a dificuldade no transporte dos produtos, do beneficiamento e também da certificação são questões que devem ser trabalhadas, mas o processo é lento, porque ainda são poucos os camponeses que se propõem a trabalhar com Agroecologia.

No entanto, a Rede de Agricultores Agroecológicos do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, com seus 280 agricultores envolvidos em diferentes graus de transição agroecológica, tem se mostrado fundamental no fortalecimento desse tipo de agricultura camponesa. Considerando que cada família que decide sobre a produção agroecológica se torna multiplicadora, espera-se uma disseminação dessa perspectiva de agricultura cada vez maior e mais eficiente.

As Feiras Agroecológicas de Itapipoca e de Trairi possibilitam ao camponês um incremento significativo na renda, já que elimina a figura do atravessador. Além de ser um espaço de divulgação da Agroecologia, onde os camponeses trocam saberes com os consumidores e disseminam hábitos alimentares saudáveis que valorizam a cultura local.

Outro ponto importante a ser destacado é o preço dos produtos, que nas FA não são mais altos que os praticados no mercado convencional. Notou-se durante a pesquisa que essa é uma estratégia dos camponeses para atrair e fidelizar os clientes, pois em sua maioria ainda não distinguem os produtos agroecológicos dos convencionais. A FA também promove o estreitamento de laços de amizade, confiança e solidariedade entre produtor e consumidor, aproximando o campo da cidade.

Pode-se dizer que a feira agroecológica é importante no fortalecimento do campesinato porque revela outra dimensão da luta pela terra, dimensão essa que pode ser entendida como a luta para permanecer na terra, ou seja, a estratégia que os camponeses utilizam para se reinventarem a fim de permanecerem camponeses e consolidarem o seu território.



## REFERÊNCIAS

ALTIERE, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Relatório do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos**. Brasília, 2013.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 2005. 379f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza-CE, 2005.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

ARCHETTI, E. P. Presentación. In: CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974. p. 7-21.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9ª ed. São Paulo: Duas Cidades/ed. 34, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova extensão rural. In: **World Congress of Rural Sociology**. Rio de Janeiro. ANAIS: Rio de Janeiro. IRSA, 2000. Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/13.pdf>. Acesso em jul/2013.

CHAYANOV, A. V. **La organizació de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (orgs). **Agroecologia, práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2009. 240f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2009.

DUFUMIER, M. Os organismos geneticamente modificados (OGMS) poderiam alimentar o terceiro mundo? IN: ZANONI, M. FERMENT, G. (orgs). **Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA, 2011. P. 368-405.

FERNANDES, B. M. ; STEDILE, J. P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. Os desafios da geografia agrária para explicar as políticas de reforma agrária nos governos Cardoso e Lula. In: Silva, J. B.; Lima, L. C.; ELIAS, D. (orgs). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006. (p. 191-202)

GODBOUT, J. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, P. H. (org). **A dádiva entre os modernos**. Petrópolis: 2002. P. 63-97.

GRZYBOWSKY, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes 1987.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura familiar, primeiros resultados**. Disponível em: [http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess\\_test\\_folder/World\\_Census\\_Agriculture/Country\\_info\\_2010/Reports/BRA\\_BRA\\_REP\\_2006.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/Country_info_2010/Reports/BRA_BRA_REP_2006.pdf), acessado em jun/2013.

INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Quer pagar quanto? **Revista do IDEC**, nº 142, São Paulo: 2010. (p. 16-20). Disponível em: [http://www.idec.org.br/uploads/revistas\\_materias/pdfs/2010-04-ed142-capa-organicos1.pdf](http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/2010-04-ed142-capa-organicos1.pdf). Acesso em: 20 jan 2013.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Agrobiodiversidade. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 46-51.

MARCOS, V. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **AGRÁRIA**, São Paulo, nº 7, pp. 182-210, 2007.

\_\_\_\_\_. Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI. In: Silva, J. B.; Lima, L. C.; ELIAS, D. (orgs). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006. (p. 202-220)

\_\_\_\_\_. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (orgs) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Agriculturas**, São Paulo, nº 0, v. 01, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: versão Preliminar – Território de Itapipoca**. [s. l.; s. n.] 2006. Disponível em: [sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio051.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio051.pdf). Acesso em: 08-01-2014.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MOURA, M. M. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986.

NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (orgs). **Agroecologia, práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Lapur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **O agronegócio X agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: Concrab, 2004.

OLIVEIRA, A. M. **A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará - Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18072006-132037/>. Acesso em: 2013-10-17.

PASSOS, M; ISAGUIRRE-TORRES, K. R. Certificação na prática: a rede Ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (orgs). **Agroecologia: mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 363-387.

PAULINO, E. T. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/02/02\\_ELIANE\\_TOMIASI\\_PAULINO.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/02/02_ELIANE_TOMIASI_PAULINO.pdf). Acesso em: 10-02-2013.

PLOG, J. D. VAN DER. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSON, P. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf>. Acesso em: 23-07-2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Interthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004. (p. 1-55).

\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIGOTTO, R.; ROSA, I. F. Agrotóxicos. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 86-94.

RODRIGUES, M. F. F. Um olhar dirigido ao campo e ao campus: narrativa e caminhos de uma investigação sobre políticas públicas no estado da Paraíba, Brasil. In: \_\_\_\_\_ (org). **Do campus ao campo: olhares sobre políticas públicas dirigidas à pobreza rural no estado do Paraíba, Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEVILLA GUZMAN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 02, n. 01, jan/mar, 2001. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/Uma%20estrategia%20de%20sustentabilidade%20a%20partir%20da%20agroecologia%20-%20Eduardo%20Sevilla%20Guzman%20-%202001.pdf>. Acesso em Ago/2014.

SHANIN, T. **La classe incómoda**. Alianza Editorial: Madrid, 1983.

\_\_\_\_\_. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Ano 8, nº 7, pp. 01-21, jul/dez 2005. Acesso em 12/11/13.

SILVA, J. B. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, S. (org). **História do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 714-723.

TRICART, J. O Campo na dialética da Geografia. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 19, p. 215-221, 2006.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. p. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995.